



Universidade de Brasília

GUSTAVO DA FROTA SIMÕES

**TURBULÊNCIA POLÍTICA INTERNA E POLÍTICA
EXTERNA DURANTE O GOVERNO CASTELLO
BRANCO (1964-1967)**

BRASÍLIA

2010

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**TURBULÊNCIA POLÍTICA INTERNA E POLÍTICA
EXTERNA DURANTE O GOVERNO CASTELLO
BRANCO (1964-1967)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, área de concentração História das Relações Internacionais, pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, elaborada por Gustavo da Frota Simões, sob orientação do Professor-Doutor Estevão Chaves de Rezende Martins.

BRASÍLIA

2010

GUSTAVO DA FROTA SIMÕES

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins
(IREL-UnB Orientador)

Prof. Dra. Elizabete Sanches Rocha (Unesp)

Prof. Dr. Antônio José Barbosa (IH-UnB)

Prof. Dr. Antonio Carlos Lessa (IREL-UnB Suplente)

Brasília, 11 de Março de 2010.

“O historiador e o poeta não se distinguem um do outro pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso. Diferem entre si porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido.”

Aristóteles

DEDICATÓRIA

A minha mãe pelo incentivo e carinho demonstrados por toda a minha vida. A Bernardo Simões pelo apoio nos momentos difíceis e por me ensinar o valor da palavra “irmão”, e ao meu pai, que nunca poupou esforços no sentido de me conceder a melhor educação possível.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Estevão Chaves de Rezende Martins, cujos comentários e correções permitiram que este trabalho pudesse ser concluído da melhor forma possível. Sempre gentil e atencioso em nossos encontros, permitiu-me trabalhar da maneira que desejei. Ademais, agradeço a presteza com que sempre devolveu o trabalho corrigido e comentado, nos mínimos detalhes, de maneira rápida e eficiente. Minha escolha de orientador não poderia ter sido melhor.

Aos professores e funcionários do Instituto de Relações Internacionais, que sempre me trataram de forma cordial e deram inúmeros conselhos para que este trabalho fosse realizado de forma exemplar. Em especial, agradeço a Odalva, funcionária da Pós-Graduação de Relações Internacionais, pelo excelente trabalho e simpatia com que sempre me tratou.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pela presteza nas informações e cordial atendimento durante minha pesquisa. Aos funcionários da Biblioteca do Senado, pelo eficiente atendimento.

Aos amigos que tive a oportunidade de fazer desde a chegada a Brasília. Em especial, aos colegas da Pós-Graduação Juliano Cortinhas, Taís Julião, Leandro Couto, Diego Trindade, Helio Maciel, Vicente Costa e Renata Humann pelos comentários acerca de trabalhos acadêmicos ou pela participação sempre entusiasmada nos churrascos da turma.

A meu colega de casa Eduardo Pareja, companheiro nas tardes futebolísticas pelo Brasil afora; mais que um simples *roommate*, foi um amigo. Agradeço por seus conselhos sempre carregados de maturidade.

A meus amigos do Rio de Janeiro Eduardo Moraes, Marcus Roriz, Gabriel Areal, Ricardo Treu, Pedro Derbli, João Rua, Paulo Mostardeiro e Rafael Feijóo, pela oportunidade de a cada dois meses reencontrá-los. Nossas saídas me deram o ânimo necessário para continuar nesta árdua jornada.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender a política externa exercida pelo governo Castello Branco nos anos de 1964-1967. Ainda muito pouco estudado no campo das relações internacionais, o período é importante por se tratar do primeiro governo militar após o golpe de 1964. São poucas as pesquisas que abordam de forma imparcial e sem preconceitos esse período. Foi analisada a política interna do país para compreender de que modo ela repercutiu na esfera externa. Nesse sentido, adotou-se o modelo teórico de Robert Putnam, que estuda a conexão entre política doméstica e política externa. Foi realizada uma pesquisa em periódicos da época, assim como na documentação encontrada no acervo histórico do Itamaraty em Brasília.

Palavras-chave: Relações Internacionais do Brasil. Governo Castello Branco. História da Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to understand the foreign policy adopted by the Castello Branco's Administration during the years 1964-1967. This period is scarcely studied in the field of international relations and it is important because it is the first government after the military coup. There are only a few researches that characterizes this government in a neutral and impartially way. The domestic politics were analyzed in order to see how it affected the foreign policy. Therefore, was adopted the theoretical model created by Robert Putnam, that analyzes how domestic politics affects the foreign policy. A research was made in the periodicals of that period, as well as the documentation found in the Itamaraty Palace (Ministry of Foreign Affairs) historical collection in Brasília.

Keywords: Brazilian international relations; Castello Branco's administration; history of Brazilian foreign policy.

LISTA DE SIGLAS

ADEP – Ação Democrática Popular
AG – Assembléia-Geral (AG)
CGT – Central Geral de Trabalhadores
CIE – Conferência Interamericana Extraordinária
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC)
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
ESG – Escola Superior de Guerra
FIP – Força Interamericana de Paz Permanente
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JK – Juscelino Kubitschek
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIC – Organização Internacional do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PSD – Partido Social Democrático
PLE – Partido Liberal Evolucionista
PEI – Política Externa Independente
PR – Partido da República
PRP – Partido Republicano Progressista
RFA – República Federal da Alemanha
RPC – República Popular da China
SNI – Serviço Nacional de Inteligência
SUPRA – Superintendência para a Reforma Agrária
UCN – Partido da União Cívica Nacional
UDN – União Democrática Nacional
UnB – Universidade de Brasília
UNCTAD – Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Lista de Siglas

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I. TURBULÊNCIA POLÍTICA INTERNA 15

1.1. Introdução 15

1.2. Um País à Beira do Caos 17

1.3. A Aliança Civil-Militar 24

1.4. A Queda de Goulart 29

**CAPÍTULO II. A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO CASTELLO
BRANCO NO CONTINENTE AMERICANO** 36

2.1. Introdução 36

2.2. EUA: de Aliado Entusiasmado a Parceiro Cauteloso 37

2.3. América do Sul: Anos turbulentos 47

2.4. América Latina e OEA: Preocupação com o Comunismo	55
2.5. A Missão na República Dominicana: Preocupação com o Comunismo ou Busca por Prestígio Político?	62
CAPÍTULO III. A POLÍTICA EXTERNA EXTRACONTINENTAL	69
3.1. Europa: a Cordialidade Distante	69
3.2. Ásia: o Distanciamento	75
3.3. África: o Retrocesso	78
3.4. ONU: Preferência pelo Comércio	81
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é compreender a política externa exercida pelo governo Castello Branco nos anos de 1964-1967. Para tanto, analisou-se a política interna do período que compreende o primeiro governo militar.

O Brasil acabara de sofrer um golpe, e os praticantes desse ato o justificaram, além de motivos de ordem interna, pela má atuação, de seu ponto de vista, da chamada Política Externa Independente (PEI) durante o governo de João Goulart, que assume após a renúncia de Jânio Quadros. Alguns fatos importantes contribuíram para isso, tanto do ponto de vista dos militares como dos civis que praticaram a troca de governo.

Além do detrimento em relação aos EUA, os militares da Escola Superior de Guerra viam na PEI uma quebra na tradição diplomática, por privilegiar Estados e governos que não tinham as mesmas orientações que o Brasil, como países comunistas e do Terceiro Mundo. De fato, Castello Branco criticou a PEI por considerá-la neutralista e terceiro-mundista.

Ainda muito pouco estudado no campo das Relações Internacionais, o período é importante por se tratar do primeiro governo militar proveniente de um golpe de Estado. São poucos os estudos que abordam de forma imparcial e sem preconceitos esse período.

Foi analisada a política interna do país no período para compreender de que modo ela repercutiu na esfera externa. Nesse sentido, adotou-se o modelo teórico de Robert Putnam, que estuda a conexão entre política doméstica e política externa. Foi realizada uma pesquisa em periódicos da época, assim como na documentação encontrada no acervo histórico do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

Com base na documentação e nos dados obtidos, que foram o esteio deste estudo, serviu de guia para a elaboração da dissertação a Teoria Crítica, que é de fundamental importância para o período, justamente por procurar desvincular-se dos estudos da época, marcados pelo antagonismo mundial Leste-Oeste, a chamada Guerra Fria.

A Teoria Crítica é uma abordagem metodológica proveniente do pensamento marxista, e alguns autores a classificam como neomarxista¹. Foi elaborada por um seleto grupo de pensadores alemães, muitos dos quais exilados nos Estados Unidos. Na área de Relações Internacionais, a Teoria Crítica está muito ligada à Economia Política Internacional marxista. Entre os fundadores da Teoria Crítica estão autores conhecidos Robert Cox e Andrew Linklater.

A Teoria Crítica rejeita os três postulados básicos do positivismo, ou seja: uma realidade externa objetiva; a distinção entre sujeito e objeto; e a ciência social como ciência livre de valores. De acordo com os teóricos críticos, não existe uma política mundial ou uma economia global operando segundo leis imutáveis. Para eles, o mundo social é uma construção de tempo e espaço e, nesse sentido, o sistema internacional é uma construção feita pelos Estados mais poderosos. Tudo o que é social, inclusive as Relações Internacionais, é variável, por isso histórico. Cox afirma que não existe teoria pura e propriamente dita, não existe teoria em si, enfim, tudo é conectado com a história².

A Teoria Crítica não analisa apenas os Estados e o sistema de Estados, mas enfoca de forma mais geral o poder e a dominação no mundo. Esse, outro aspecto de importância capital para o campo de Relações Internacionais. Não o tema em si, já que é amplamente estudado, mas a maneira como os teóricos críticos analisam tais questões.

Teóricos críticos buscam o conhecimento com uma finalidade política clara: liberar a humanidade da estrutura da política e da economia mundial, que são controladas por poderes hegemônicos, em particular pelos Estados Unidos capitalista. Assim como os acadêmicos marxistas, os seguidores da Teoria Crítica buscavam desmascarar a dominação global do Norte rico sobre o Sul pobre.

Essa vertente da Teoria Crítica ficou conhecida pelo nome de Escola de Frankfurt. Em verdade, esse termo surgiu posteriormente aos trabalhos de Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin e Habermas, sugerindo uma unidade local que não mais existia. Segundo Barbara Freitag, “com o termo Escola de Frankfurt, procura-se designar a institucionalização dos trabalhos de um grupo de intelectuais marxistas, não-ortodoxos, que na década de 20

¹ JACKSON, Robert, SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

² COX, Robert. *International political economy – understanding global disorder*. Canada: Fernwood Books, 1995.

permaneceram à margem de um marxismo-leninismo clássico, seja em sua versão teórico-ideológica, seja em sua linha militante e partidária.”³

Ao utilizar esse marco teórico amplo, procura-se manter distância segura de discursos políticos dominantes na época. Assim, a maior contribuição da Teoria Crítica para esta dissertação é afastar quaisquer teorias que visem “amarrar” as conclusões aqui alcançadas. A pesquisa em História deve se apoiar em teoria, mas nunca a teoria deve ser um fim em si mesma. Não se pode partir para a pesquisa com as respostas para as perguntas já devidamente prontas, e muitos dos marcos teóricos em Relações Internacionais poderiam limitar as conclusões.

Por isso, a escolha da Teoria Crítica, que basicamente rejeita as demais teorias. Para um instrumental teórico de análise, será usada a Teoria de Putnam acerca dos jogos de dois níveis. O autor está completamente compatível com o marco teórico da Teoria Crítica, simplesmente por levar em conta diversos fatores exógenos na formulação da política externa. Putnam não se resume a focar uma política de poder, como muitos analistas realistas o fazem.

A dissertação está dividida em três capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. O primeiro capítulo versará sobre a ordem política interna. Buscar-se-á fazer uma análise da política doméstica do Brasil no período. Desde os meses finais do governo João Goulart até o Golpe de 31 de março de 1964, em que a situação brasileira era bastante turbulenta, tendo em vista os diversos grupos que desejavam exercer maior influência nas decisões do governo.

Alguns desses grupos são formados com o objetivo formal de estudar o governo, porém com o objetivo obscuro de tomar o poder. O complexo Ipes/Ibad, formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) é um dos atores mais influentes do período, e o estudo de sua atuação se torna imprescindível para avaliar como foi arquitetado o golpe. Não se procura no capítulo fazer uma análise acerca dos motivos que levaram ao golpe, mas sim analisar a esfera doméstica (tensa e turbulenta) e apontar os atores importantes que foram peça-chave para a execução do mesmo. Alguns deles configurarão elementos importantes nas decisões de política externa após a tomada do poder.

³ FREITAG, Barbara. *A Teoria Crítica ontem e hoje*. 4ª ed. Brasília: Ed. Brasiliense, 1993. P. 10.

O segundo capítulo discutirá a política externa exercida dentro do continente americano: o mais importante na visão dos formuladores de política externa do período. Além do fato de ser região vizinha do Brasil, o conceito de “fronteiras ideológicas”⁴ é aplicado aqui por políticos e diplomatas brasileiros. Será estudada a relação brasileira com os EUA, além da que o Brasil manteve com os países vizinhos. Ponto importante para o continente como um todo foi a intervenção na República Dominicana, na qual o Brasil exerceu liderança militar e contribuiu consideravelmente com tropas e apoio político.

O terceiro capítulo versará sobre a política externa exercida extracontinente, ou seja, com aqueles blocos de países que não fazem parte das Américas. Afastados do Brasil, portanto de pequena importância para a segurança do país, Europa, Ásia e África foram os locais em que o Brasil mais teve continuidade na política externa se comparada ao governo anterior. O foco nessas regiões foi sobretudo comercial e econômico.

Essa outra face da política externa brasileira parece ser pouco lembrada quando teóricos de Relações Internacionais classificam o governo Castello Branco de “totalmente alinhado aos interesses dos EUA” e como sendo um governo de “ruptura da tradição diplomática”, tão cara aos seguidores do Barão do Rio Branco.

Por fim, a Conclusão tenta explorar as possíveis conexões entre o grupo que chegou ao poder e a política externa adotada. Se, por um lado, houve grande diferença nas questões hemisféricas, por outro o Brasil pareceu dar continuidade às relações com os países fora do continente americano.

⁴ Castello Branco alterou o conceito de soberania, que deixava de fundar-se sobre os limites e as fronteiras geográficas dos Estados e passava a fundar-se no caráter político e ideológico dos regimes, a partir do conceito conhecido com “fronteiras ideológicas”. Foi aplicado, sobretudo, na tentativa brasileira de criação de uma Força Interamericana de Paz Permanente (FIP).

CAPÍTULO I – TURBULÊNCIA POLÍTICA INTERNA

1.1. Introdução

Do final de 1963 até março de 1964, diversos fatores políticos internos levaram o país a entrar em uma época de forte turbulência política. Além de inúmeras manifestações contrárias ao regime, o país encontrava-se fortemente endividado⁵ e com problemas no balanço de pagamentos. Referir esses condicionantes internos torna-se essencial para analisar a política externa do período. O exame da situação interna é crucial para a compreensão do modelo teórico conforme proposto por Robert Putnam.

Robert Putnam, no artigo “Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games”,⁶ apresenta a teoria de como a política doméstica está relacionada à política externa. O autor diz que estudos anteriores já buscavam essa conexão, sem entretanto caracterizá-la numa teoria propriamente dita⁷. Para iniciar a reflexão, Putnam cita as negociações da Cúpula de

⁵ Apesar de o foco deste capítulo ser a turbulência política, é inegável a associação entre crise econômica e crise política. Ver: DULLES, John W. F. *Castelo Branco: o presidente reformador*. Brasília: UnB, 1983.

⁶ A teoria dos jogos de dois níveis utilizada será baseada inteiramente no artigo de PUTNAM, Robert D. “Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games”, in EVANS, Peter B., HAROLD K. Jacobson, PUTNAM, Robert D. “Double-edged diplomacy: international bargaining and domestic politics”. Los Angeles: University of California Press, 1993. Há outros trabalhos acerca de como a política interna influencia a política externa, tais como a obra de MILZA, Pierre. “Política interna e política externa”. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

⁷ ROSEMAU, James. “Toward the study of national-international linkages. Linkage Politics: Essays on the Convergence of National and International Systems (New York: Free Press, 1969), assim como “Theorizing across systems: linkage politics revisited”. In WILKENFELD, Jonathan, *Conflict behavior and linkage politics* (New York: David McKay, 1973), p. 49. DEUTSCH, Karl W. et al., *Political community in the North Atlantic area: international organization in the light of historical experience* (Princeton: Princeton University Press, 1957); e HAAS, Ernst B. *The uniting of Europe: political, social, and economic forces, 1950-1957* (Stanford: Stanford University Press, 1958).

Bonn em 1978⁸, que tinha como objetivo principal a recuperação econômica das potências ocidentais após o primeiro choque do petróleo. Durante a conferência, os países tinham objetivos diversos, porém puderam chegar a um acordo. É ao examinar como se deu esse acordo que Putnam começa a desenhar a teoria.

A política externa e especialmente as negociações internacionais podem ser descritas como um jogo de dois níveis. Essa metáfora é a que guia o trabalho de Putnam. Ressalta o autor, entretanto, que uma metáfora não é uma teoria, logo, sua descrição se dará nos mínimos detalhes. Putnam cita Max Black: “toda ciência deveria começar com uma metáfora, para passar para a álgebra, e, sem essa fase de metáfora, nenhuma chegaria a álgebra”.⁹ Nenhum dos dois níveis (interno e externo) pode ser ignorado pelos decisores enquanto seus países sejam interdependentes, embora soberanos. Os líderes políticos aparecem nos dois níveis do jogo, embora a retórica possa ser diferente em cada um deles. Algumas vezes para conseguir apoio doméstico, o discurso do líder político é diferente daquele adotado no plano externo.

O papel desse líder é fazer um pacote que seja aceito tanto interna quanto externamente, por isso, ele deve levar em conta os grupos de pressão domésticos e os internacionais. As discussões se dão em dois planos. No nível I, o que corresponde ao das negociações externas, elas não necessariamente se dão antes das discussões do nível II, o que seria a decisão interna de ratificar ou não determinado acordo internacional. Para conseguir viabilizar o acordo, o líder político deve consultar as bases no nível II e ver até que ponto uma negociação é viável. Munido de tais informações, o negociador vai ao nível I e discute com os congêneres o acordo internacional, para então voltar ao nível II mais seguro e conseguir a ratificação de tal acordo.

O período estudado é do agravamento da atmosfera política, quando de fato o Brasil vivia forte tensão, em que ambos os lados se acusavam de golpes e contragolpes¹⁰. O período de agravamento da situação interna do Governo João Goulart vai do final de 1963 até as

⁸ A Cúpula de Bonn de 1978 foi realizada por iniciativa dos EUA para recuperação da economia mundial após o choque do petróleo. Para Putnam, ela é um modelo de como diplomacia e política interna podem se misturar, pois, na cúpula, diversos interesses internos prevaleceram sobre o interesse externo dos países.

⁹ BLACK, Max. *Models and metaphors*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1962, p.242, in SNIDAL, Duncan. *The game theory of international politics*, World Politics, 38, 1985, p. 36.

¹⁰ Ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Além disso, também SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

vésperas do golpe militar de 31 de março de 1964¹¹. A discussão do plano interno é crucial em um primeiro momento para avaliar quais os grupos tomaram o poder e com quais perspectivas, para, em um momento posterior, analisar como esse grupo agiu ao tomar decisões no nível I (externo, de Putnam).

1.2. Um País à Beira do Caos

A conspiração contra João Goulart começou ainda antes da posse¹². De fato, desde a renúncia, em 25 de agosto de 1961, de Jânio Quadros – que fora eleito por voto popular –, diversos círculos militares e civis ficaram descontentes com a posse automática do vice-presidente. A solução adotada foi a aprovação em 02 de setembro de 1961 do Ato Adicional nº 4, que criava um parlamentarismo que diminuiria, aos olhos dos descontentes, os riscos de eventual ditadura sindicalista ao mesmo tempo em que uma aparência de legalidade seria mantida. A solução parlamentarista acalmou os ânimos à época, porém não afastou de completo a desconfiança desses setores da sociedade.

Desconfiança que só fez aumentar quando, após o plebiscito de 6 de Janeiro de 1963, o Ato Adicional nº 4, o foi revogado, restituindo a Jango os poderes plenos de presidente da República em regime presidencialista. Com isso, Jango recebeu, em mãos, a autoridade e as competências que haviam sido consideradas como fatores de risco em 1961. A solução parlamentarista durou pouco tempo, porém pode ser percebida como tendo, na prática, produzido apenas o que se não passou de uma espécie de adiamento do golpe militar.¹³

¹¹ Em 31 de Março de 1964 tem início a movimentação de tropas do general Olympio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, que partia de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro na chamada Operação Popeye, nome dado pelo fato de o general sempre andar com cachimbo.

¹² SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 199.

¹³ Idem, p. 91.

Tendo recobrado os poderes amplos, Jango procedeu à nomeação de um novo ministério, empossado em 25 de janeiro do mesmo ano. O presidente agora estava investido do que queria, ou seja: o que entendia como capacidade para governar o país, já que considerava o Parlamentarismo como regime instável.¹⁴ Pode-se dizer que, apesar de problemas, ele governou efetivamente durante pouco mais um ano, embora houvesse resistências e reclamações de certos setores que não viam as demandas ser atendidas. Empresários e capitalistas haviam feito uma união com a gestão de Juscelino Kubitschek, ao compartilhar o poder com o governo que atendia às demandas populares. No período iniciado já com a eleição de Jânio Quadros e do subsequente agravamento da crise, essa “união” desaparecera¹⁵.

Para a Teoria Crítica, isso ia de encontro ao Estado capitalista, por um simples motivo: “A intervenção do Estado em todos os níveis – desde o econômico até o superestrutural – não se dá no interesse de um certo grupo de capitalistas nacionais ou estrangeiros, mas sim no interesse do capital global”¹⁶. Isto é, o Estado capitalista não diferenciava bom capital e mau capital, apenas dava importância ao capital, em seu estado puro.

Em janeiro de 1964, Jango regulamenta a Lei nº 1.131, que dispõe sobre o capital estrangeiro¹⁷. Buscando assim distinguir o que chamava de “bom capital estrangeiro, ou seja aquele que deitou raízes em nosso país”, e o mau capital, definido por ele como aquele que “busca o lucro incessantemente e deixa nossa nação estagnada e atrasada”¹⁸. Goulart salientava que não haveria golpe de sua parte e que medidas como a adotada eram necessárias e justas.

Pode-se perceber que, além do tom defensivo do presidente na necessidade de justificar as políticas, a proposta de Goulart era alterar diversas estruturas de poder no Brasil. Jango tinha por objetivo, nas reformas de base, a realização de reforma agrária, além de resolver problemas de infraestrutura e de refinarias ineficientes, que provocavam escassez

¹⁴ SKIDMORE, op. cit., p. 270.

¹⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política e golpe de classe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. René Armand Dreifuss – uruguaio, formado em Ciências Políticas e História pela Universidade de Haifa, Israel, obteve em 1974 o mestrado em Política na Leeds University, Grã-Bretanha. Em 1980, obteve PhD em Ciência Política na Universidade de Glasgow, também Grã-Bretanha. Desta pesquisa resultou o livro. No Brasil, realizou estudos sobre Forças Armadas, empresariado, formação de diretrizes e sistema de poder no Brasil. Na data de publicação do livro tinha 36 anos. A edição brasileira teve tradução pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG, p. 125

¹⁶ FREITAG, op. cit. p. 126.

¹⁷ JORNAL DO BRASIL. “Goulart assina a Lei de Remessa e elogia o capital estrangeiro.” 18.01.1964, 1º cad., p. 3.

¹⁸ Idem.

energética em diversas cidades do país. Há ainda que lembrar do papel cada vez maior dos sindicatos, além da indisciplina incitada por Jango e aliados em relação aos membros do Exército. Esses fatores, aqui apenas lembrados, apontam para a turbulência política que vive o Brasil, internamente, na fase que se seguiu ao plebiscito de janeiro de 1963 até o golpe civil-militar de março de 1964, que depôs João Goulart.

Além de graves preocupações com a ordem econômica e a restrição imposta ao capital estrangeiro evidenciada pela regulamentação da lei acima comentada, o país vivia forte escassez de abastecimento. Funcionários da Companhia Energética da Guanabara (Light) entraram em greve em janeiro de 1964 e provocaram um caos no abastecimento de combustíveis, em geral, entre eles o gás. O governo federal precisou ameaçar com intervenção para que o abastecimento fosse normalizado¹⁹. A escassez também foi sentida em outros produtos, como carvão e querosene. Para conseguir quaisquer desses produtos, o cidadão da Guanabara enfrentava enormes filas e sofria com o racionamento. Essa escassez de insumos básicos é o que Habermas chama de crise econômica do Estado. O autor destaca que o Estado Moderno poderia sofrer de quatro crises: econômica, de racionalidade, de legitimação e de motivação.

O então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, ferrenho adversário de Goulart, aproveitou-se dos recorrentes racionamentos e disse temer que um golpe fosse realizado. Lacerda atribuiu a greve aos comunistas e disse que esse seria o primeiro passo na tentativa de um golpe a ser executado no país. A greve foi solucionada com intermediação do governo federal e promessas de reajustes aos funcionários. Além da crise no abastecimento, moradores da antiga capital federal (Rio de Janeiro) conviviam com seguidos apagões de luz, e por meses o racionamento de água fora adotado como mal necessário.

Outro problema grave que abalava o país era a reforma agrária. Segundo o compromisso de Jango com relação às reformas de base, a reforma agrária tornara-se uma das mais importantes²⁰. Em março de 1963, Jango apresentou ao Congresso um projeto de lei de reforma agrária que propunha a indenização em apólices do governo e não em moeda corrente.

¹⁹JORNAL DO BRASIL “Governo Federal ameaça intervir no gás.” 17.01.1964, p. 3.

²⁰SKIDMORE, op. cit., p. 300.

Esse projeto foi amplamente criticado por parlamentares de centro e de direita, especialmente membros da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD). Jango foi acusado de praticar “gestos demagogos” destinados a suscitar a opinião em apoio de um projeto insuficientemente estruturado. O que há de novo aqui é que o PSD se alia à UDN, de modo que Jango conseguiu criar desconfianças não só na direita, mas também no centro.

Tal projeto provocou estremecimentos dentro dos dois partidos, que formavam uma antiga aliança: PSD-PTB. De olho na sucessão presidencial, até mesmo o antigo presidente Juscelino Kubitschek se opôs à lei. As eleições presidenciais estavam marcadas para 1965, embora a expectativa que viessem a ocorrer normalmente fosse duvidosa.²¹

JK estava em plena campanha desde o início de 1964 e preparava para breve um pronunciamento acerca das principais propostas e o lançamento oficial da candidatura. O clima político estava substancialmente dividido e tenso. Além do antagonismo ferrenho da direita conservadora, opositora de João Goulart desde a posse, agora o PSD com candidato praticamente oficializado também procurava afastar-se do PTB a fim de concorrer com o antigo aliado em situação mais forte.

A crise somente arrefeceu um pouco quando o governo prometeu que as desapropriações seriam feitas sob supervisão do Exército²². O PSD emitiu nota oficial dizendo que se encontrava mais tranquilo com a medida adotada pelo presidente João Goulart. O convênio foi assinado entre a Superintendência para a Reforma Agrária (Supra), criada em 1962 com o objetivo de elaborar uma política agrária e planejar, regional e nacionalmente, sua execução – e o Exército. A cooperação se daria nas terras às margens de rodovias federais. Os círculos agrários dentro do PSD viram com bons olhos a ação do governo, que consideravam como medida conciliadora.

Apesar dessa atitude mediadora, Goulart assinara em 13 de março de 1964 um decreto que segundo ele seria “o primeiro passo para a reforma agrária completa”.²³ O anúncio foi feito no comércio Central do Brasil, que reuniu multidões e contou com um esquema de segurança

²¹ JORNAL DO BRASIL. “Ninguém acredita que eleições de 1965 sejam com tranqüilidade.” 21.01.1964, p.5

²² JORNAL DO BRASIL. “Reforma Agrária com militares tranqüiliza PSD.” 29.01.1964, p. 1.

²³ JORNAL DO BRASIL. “JG surpreende o país: refinarias encampadas.” 14.03. 1964, p. 1.

nunca antes visto. Além de assinar o decreto da Supra, como ficou conhecido o decreto da reforma agrária, Goulart também anunciou que encamparia as refinarias particulares de petróleo. Uma das refinarias encampadas foi ocupada por tropas militares no mesmo momento em que discursava o presidente da República. Jango também pediu nova Constituição.

Isso se deve ao fato de a crise da reforma agrária ter chegado a um impasse e que somente poderia ser solucionada com a modificação constitucional²⁴. O principal problema era, entretanto, a divisão definitiva entre PSD e PTB. A cisão inviabilizava a possibilidade de que qualquer projeto de lei fosse aprovado no Congresso, pois o governo perdia a base de apoio principal. A maioria pessedista era contrária a Goulart, o que impedia a realização de qualquer plano de modificação constitucional no Parlamento.

Para os opositores dentro da UDN, a tentativa de criar uma Constituinte ou de apenas modificar a Constituição vigente era sinal claro de que Goulart estava procurando atropelar o Congresso e com isso modificar as regras para a sucessão presidencial²⁵. Para os golpistas de 1964, Goulart pretendia dar um golpe nas instituições democráticas e implantar uma ditadura de cunho sindicalista, sua maior base de apoio. A justificativa da UDN para apoiar o golpe militar de 1964 seria, portanto, reprimir um possível golpe iniciado pelo presidente em exercício.

Goulart carecia de apoio parlamentar e político, mas ainda tentava influenciar as chamadas massas populares, e esse era o principal receio das elites civis e militares do país²⁶. Jango procurava, desse modo, influenciar os círculos baixos do Exército, os sargentos, e a massa de trabalhadores, os sindicatos.

Um dos maiores colunistas da época, Carlos Castello Branco, publicava diariamente a Coluna do Castello no *Jornal do Brasil*. Apesar do nome, não havia parentesco entre ele e o futuro presidente do Brasil. Os artigos refletiam bem o que se passava nos bastidores da política. No dia 08 de março de 1964, o colunista escrevia que Goulart procurava uma “ditadura consentida”²⁷.

²⁴ SILVA, op. cit., p. 178.

²⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 49.

²⁶ DREIFUSS, René Armand. *op cit*, p. 135.

²⁷ JORNAL DO BRASIL. “Goulart iria para uma ditadura consentida.” 08.03.1964, p. 4.

Castello Branco descreve no jornal como o presidente procurava influenciar a população com chamadas “emocionais” e que caminharia para uma ditadura ao estilo de Sukarno na Indonésia. Tais preocupações aumentavam pelo fato de que decisões importantes seriam anunciadas e o comício na Central do Brasil se aproximava.

No comício, Goulart discursou para milhares de brasileiros. Ao lado estavam Leonel Brizola e Miguel Arraes. O primeiro sugeriu a criação de uma constituinte “popular, onde se achariam membros do povo, trabalhadores e camponeses, muitos sargentos e oficiais nacionalistas”²⁸. Tradução clara do que buscava Goulart na época. Em reação ao discurso inflamado, líderes oposicionistas como Pedro Aleixo e Bilac Pinto queixaram-se do tom “subversivo e violador da lei”. Lamentaram também que os líderes militares presentes ao comício não houvessem prendido o ex-governador do Rio Grande do Sul e então deputado federal pelo Rio de Janeiro em flagrante, em razão de um discurso considerado ofensivo que Brizola proferira no Nordeste do país.

Cada vez mais isolado, Goulart buscava apoio em determinados políticos de expressão nacional, como os já citados Brizola, e Arraes, então governador do Estado de Pernambuco. Estes, todavia, provocavam reação da oposição, ainda mais fortes que as trazidas pelo presidente da República.

Em maio de 1963, Brizola havia estado em Natal, no Rio Grande do Norte, para um comício político em que defendeu as reformas de base. Discursou por mais de uma hora e ofendeu o então embaixador americano Lincoln Gordon, a quem chamou de “autêntico inspetor de colônias”. Além disso, Brizola hostilizou o comandante da guarnição local, o general Antônio Carlos Muricy, chamando-o de “gorila”.

O discurso foi ouvido em todo o país, retransmitido pela rádio Mayrink Veiga, e ocorria no mesmo momento em que os ofendidos por Brizola jantavam no palácio do governo do Rio Grande do Norte. No mesmo discurso, o deputado gaúcho conclamava os soldados a se rebelar e defender as reformas de base. O general Muricy voltou a sua residência e pôs-se de sobreaviso, comunicando o fato a todos os quartéis da região. A situação porém correu sem

²⁸ JORNAL DO BRASIL. “Constituinte.” 14.03.1964., p. 1.

maiores transtornos, e Brizola partiu para o Recife com o objetivo de continuar a peregrinação política pelo Nordeste.

Por outro lado, o comandante da guarnição de Natal também foi a Recife com outros objetivos. Sua intenção era conferenciar com o general Humberto Castello Branco, comandante do IV Exército. O general Muricy fez um relatório verbal dos acontecimentos.²⁹ Castello enviou as reclamações ao ministro da Guerra, general Amaury Kruel:

É notório o esforço desse deputado para dividir o Exército, agora em “brizolistas” e “gorilas”, em desmoralizar seus chefes, generais e coronéis, e voltar-se para os sargentos como seus adeptos. Já se vislumbra que tal processo de difamação e insídias se reproduz no meio de estudantes, sindicatos e na imprensa, ofendendo as instituições militares numa quadra difícilíssima da nação. Primeiramente, desejei responder ao deputado Leonel Brizola para mostrar ao acusador intempestivo que a sua injúria parece fazer parte de um propósito de solapamento das instituições armadas do país. Se Vossa Excelência, no entanto, achar que se trata de uma questão local e restrita a elementos do IV Exército, estou pronto, para, dentro da disciplina, revidar os provocantes ataques do deputado Leonel Brizola ao general Muricy.³⁰

A situação política e econômica do país era instável e turbulenta. A seguir se verá como essa instabilidade tornou as elites civis e militares mais próximas e como se deu a aproximação. Para Dreifuss, o golpe somente foi possível com a junção desses grupos³¹.

²⁹SILVA, Hélio. *História da república brasileira*. O golpe de 64. São Paulo: Três, 1998, p. 75.

³⁰SILVA, op. cit., p. 77.

³¹Idem, p. 485.

1.3. A Aliança Civil-Militar

O golpe de 31 de março de 1964, embora chamado de militar, foi um golpe civil-militar³². Futuro ministro do Interior do governo de Castello Branco, o general Cordeiro de Farias reconheceu que o golpe foi “altamente político e civil em sua formação e execução”. Procura-se aqui identificar quem eram esses dois grupos e quais os seus anseios após a tomada do poder. Para o modelo teórico de Putnam, a avaliação da composição dos grupos de pressão internos é um dos fatores que explicam a política externa adotada³³.

O 31 de março foi um movimento de tropas que se iniciou com atividades secretas muito antes do desfecho³⁴. As atividades conspiratórias se intensificaram nos idos de março e envolviam oficiais militares, empresários e políticos. Muitos deles vinham participando de prolongada campanha de desestabilização do governo João Goulart, sobretudo por meio de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad)³⁵, que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência esquerdista.

Chamado por Dreifuss de complexo político-militar, o Ipes/Ibad tinha por objetivo agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que lhe apoiavam a administração³⁶.

As sementes do Ipes, como também do Ibad, foram lançadas ao final da administração de JK e durante a presidência de Jânio Quadros, em cujo zelo moralista os dois institutos depositavam grandes esperanças. Os fundadores do Ipes do Rio de Janeiro e de São Paulo, o núcleo duro do que se tornaria uma rede nacional de grupos de ação, vieram de diferentes passados ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram relações econômicas multinacionais

³²Ibidem, p. 397.

³³ PUTNAM, op. cit., p. 432.

³⁴ FICO, Carlos. *Além do golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 15.

³⁵ O complexo Ipes/Ibad representava a fase política dos interesses empresariais, embora houvesse se disseminado entre os militares. A evolução do Ipes/Ibad mostra como se passou de um grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada.

³⁶ DREIFUSS, op. cit., p. 161.

e associadas, o posicionamento anticomunista e a ambição de readequar e reformular o Estado³⁷.

O Ipes passou a existir oficialmente no dia 29 de novembro de 1961. Antes, faziam-se reuniões informais em residências de empresários de destaque do Rio de Janeiro e São Paulo, como Antônio Galotti, Glycon de Paiva e José Garrido Torres. Além de recrutar outros empresários, buscou-se a inserção de diversos oficiais da reserva, como o coronel Golbery do Couto e Silva e o general Heitor Herrera. O lançamento do Ipes foi recebido favoravelmente por diversos periódicos, tais como o *Jornal do Brasil*, *O Globo* e o *Correio da Manhã*³⁸. Desde a criação, o instituto desenvolveu dupla vida política.

De um lado, os simpatizantes e defensores encaravam-no como uma organização de respeitáveis “homens de negócio” e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes. O objetivo declarado do Ipes era estudar as reformas liberais e a esquerda durante o governo de João Goulart do ponto de vista do empresariado.

O lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacetada campanha política, ideológica e militar. Os fundadores do Ipes, avidamente dedicados à manipulação de opiniões e guerra psicológica, organizavam e recrutavam membros por meio de um esquema estilo pirâmide. Cada novo membro era obrigado a trazer mais cinco novos membros, até que a organização aumentasse satisfatoriamente.

Além disso, os membros concordavam em fazer operações encobertas, tendo chegado a se cogitar dentro do grupo a atuação inteiramente clandestina³⁹. As operações secretas e discretas da burguesia insurrecional eram executadas por forças-tarefa especializadas e com grupos com codinomes e outros métodos usados pela clandestinidade. É justamente aí que entra o Ibad. O instituto agia como unidade tática; e o Ipes operava como centro estratégico, sendo que o Ibad e outras subsidiárias clamavam para si a maior parte do insucesso (ou glória) das atividades secretas, expondo-se bem mais que a contraparte, o Ipes.

³⁷ Idem, p. 163.

³⁸ Edições respectivamente de 02.02, 04.02 e 05.02.

³⁹ DREIFUSS, op. cit., p. 164.

O Ibad foi fundado em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, recebendo contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros que, descontentes com a disparada da inflação e o estilo populista de JK, julgaram necessário organizarem-se com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país. O papel designado para o Ibad era a ação política. Dessa forma, Hasslocher fundou mais ou menos no mesmo período a agência de propaganda Incrementadora de Vendas Promotion, subsidiária daquele instituto.

A posse de João Goulart na Presidência da República, em setembro de 1961, acirrou os ânimos dos ibadianos. O ápice da atuação do instituto foi na campanha eleitoral de 1962. Para isso, foi criada, com fins explicitamente eleitorais, a Ação Democrática Popular (Adep). Sua função era canalizar recursos para os candidatos contrários a Goulart que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de onze Estados. Ao mesmo tempo, o Ibad engendrou ferrenha campanha contra o governo Goulart e os candidatos ao Legislativo identificados como comunistas. Além disso, produziu e difundiu grande número de programas de rádio e de televisão e matérias em jornais com conteúdo anticomunista.

A medida de maior impacto do Ibad foi o aluguel, durante a campanha eleitoral, do vespertino carioca *A Noite*. Por noventa dias, a linha política do jornal foi radicalmente modificada – passando de defensora de candidatos do PTB e de posições nacionalistas à promoção dos candidatos apoiados pela Adep e identificados ao anticomunismo. Outra iniciativa do Instituto foi a tradução e a divulgação do livro *Assalto ao Parlamento*, do escritor tcheco Jan Kosak. A obra, publicada pelo jornal *O Globo*, descrevia a tomada do poder pelos comunistas na Checoslováquia e o papel central que o controle do Congresso desempenhara nesse processo.

A participação do Ibad-Adep na campanha eleitoral de 1962 foi tão ostensiva que levou parte considerável do Congresso a suspeitar da origem dos recursos utilizados. Assim, ainda em 1962, foi sugerida a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as atividades do Ibad e subsidiárias. A iniciativa não prosperou em virtude de mudanças dos mandatários da Câmara dos Deputados.

Com o início da nova legislatura em fevereiro de 1963, foi renovada a proposta de investigar o instituto e suas subsidiárias. Em maio, a CPI foi instalada. Foi eleito presidente da

Comissão o deputado Ulysses Guimarães, e foram ouvidas inúmeras pessoas apurando a participação de empresas no empréstimo ao Ibad, tais como: Texaco, Coca-Cola, Esso, Bayer e IBM⁴⁰. Os trabalhos da CPI resultaram em centenas de depoimentos, denúncias e comprovantes de despesas e de doações. Um dos pontos que a CPI conseguiu apurar foi que os papéis do Ibad haviam sido queimados quando suas atividades começaram a ser investigadas. Mesmo assim, foi possível reconstruir parte da história do Ibad e demonstrar com base em abundante documentação que o dinheiro do instituto provinha de várias firmas estrangeiras, na maioria norte-americanas⁴¹.

Baseado parcialmente em informações reveladas pela CPI, no final de agosto, o presidente João Goulart determinou a suspensão por três meses das atividades do Ibad e da Adep. O decreto presidencial previa que os órgãos do Poder Judiciário examinassem a atuação da entidade e tomassem as medidas cabíveis. No final de novembro, Goulart prorrogou por mais três meses a suspensão, levando em conta o fato de que as investigações sobre as atividades ilícitas das duas organizações ainda se encontravam em curso.

Finalmente, em 20 de dezembro, o IBAD e a Adep foram dissolvidos por determinação do Poder Judiciário por ser considerado culpado de corrupção política nas eleições legislativas de 1962⁴².

Segundo Dreifuss⁴³, o golpe de 1964 foi resultado de interesses classistas articulado por forças multinacionais e associados que agiram no sentido de desestabilizar o governo nacional reformista de João Goulart. Defensor da tese de conspiração internacional e/ou direitista, ele escreve:

Essa “desestabilização”, a exemplo do que ocorreu no Chile em 1973, empreendeu, no Brasil, uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas. Através do complexo Ipes/Ibad (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática) – liderada pelo ‘bloco de poder multinacional e associado’ que penetrou com eficácia entre os militares, entre os membros das burocracias políticas, entre os sindicalistas pelegos (como o MSD e o MSR). A estratégia era ‘acirrar a luta

⁴⁰ Disponível em <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em 14.12.2009.

⁴¹ DREIFUSS, op. cit., p. 166.

⁴² Idem, p. 207.

⁴³ Ibidem, p. 483.

política das classes dominantes e elevar a luta de classes ao estágio de confronto militar, para o qual as classes trabalhadoras e seus aliados não estavam preparados?

A conexão entre a política exterior do Brasil de 1964 e do Chile de 1973 é analisada também por Fernandes⁴⁴. A autora compara os dois regimes políticos e como os golpes em cada país afetaram a política externa de governos autoritários. No Brasil, Fernandes cita que a política externa adotada pelo governo de Castello Branco é a busca da implantação do liberalismo econômico e a associação ao bloco ocidental⁴⁵.

A influência dos militares no período é evidenciada também já antes de Dreifuss, pela obra de Stepan, para quem “a instituição militar não é um fator autônomo, mas deve ser pensada como um subsistema que reage a mudanças no conjunto do sistema político”⁴⁶.

Segundo o autor, as razões principais do que ele chama de “revolução” derivavam da incapacidade de Goulart em “reequilibrar”⁴⁷ o sistema político. Até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre militares e civis caracterizado como “moderador”, isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder⁴⁸.

A diferença principal de 1964 estaria na capacidade que teve de transformar tal “padrão”, pois, além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares também se sentiram diretamente ameaçados em função da propalada quebra da disciplina e da hierarquia, suposto passo inicial para a dissolução das próprias Forças Armadas, já que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas e, depois, não controlá-los mais.

⁴⁴ FERNANDES, Fernanda de Moura. *De golpe a golpe: política externa e o regime político no Brasil e no Chile (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, 2007.

⁴⁵ Idem, p. 120.

⁴⁶ STEPAN, A.C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 140.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Idem, p. 50.

Além disso, critérios políticos para promoções no Exército sugeriam aos militares que Goulart teria a intenção de constituir, para fins golpistas, uma força militar que lhe prestasse lealdade. Goulart e aliados estariam incitando sargentos soldados, vistos como os “proletários do Exército”, a se rebelar.

Pode-se perceber que a insatisfação de setores civis e militares concorreu para a queda do governo de João Goulart. Os militares insatisfeitos com a suposta quebra de hierarquia e as constantes incitações de Goulart aos sargentos e soldados e o empresariado descontente com as novas regras econômicas e os rumos da economia se aliaram, sobretudo no complexo Ipes/Ibad, e articularam a queda do presidente em exercício. A seção seguinte expõe como os eventos foram se desdobrando no mês de março de 1964 e culminaram com o golpe impetrado no dia 31.

1.4. A Queda de Goulart

Cada vez mais isolado, João Goulart tentou prosseguir com o governo e sobretudo lançar as reformas de base por meio de intimidação⁴⁹. Para o dia 13 de março de 1964, Goulart marcou um comício destinado aos trabalhadores e preparava-se para lançar as reformas e dizer que estava disposto a permanecer no poder, independentemente do custo político. Assinou dois decretos, o da reforma agrária e o da encampação de duas refinarias de petróleo privadas.

O Globo publicou no dia 12 de março de 1964, isto é, à véspera do dito comício, uma reportagem classificando o ato como comunista⁵⁰. Segundo o jornal, Goulart teria gasto uma quantia considerável para levar à Central do Brasil inúmeros partidários e defensores, a maioria provenientes de centrais sindicais. Ainda na mesma reportagem, o jornal entrevistou

⁴⁹GASPARI, op. cit., p. 48.

⁵⁰O GLOBO. “Milhões de cruzeiros para levar operários ao Comício da Central”. 12.03.1964, p. 14.

sindicalistas que diziam que Goulart poderia ser denominado “revolucionário na terminologia marxista, já que incutiu aos latifundiários um enorme medo”.

O comício levou a discursos contrários muito violentos. O deputado fluminense Freire de Moraes do Partido da República (PR) classificou como “comício comunista disposto a transformar o Brasil em um satélite de Cuba e Moscou”⁵¹. De fato, o comício mexeu com o imaginário dos opositores, que encaravam o comício como início de uma revolução orquestrada por Goulart.

O deputado da UDN Adolfo de Oliveira criticou o modo como Goulart iria se dirigir à nação: “comício é arma de agitador ou candidato, e o presidente da República, que eu saiba, não é uma coisa nem outra.”⁵² Além dos políticos opositores, também o Exército se encontrava em prontidão para eventuais tumultos. Responsável pela segurança do presidente e pelo bem caminhar do comício, o comandante da Polícia do Exército, coronel Domingos Ventura, pediu ao público que não reagisse a quaisquer provocações no dia, pois o Exército iria manter a ordem e prender quem causasse tumulto. Temia-se que partidários contrários a Goulart pudessem ir à Central do Brasil para protestar contra o discurso presidencial⁵³.

O evento gerou forte preocupação com segurança. Composta por 3.000 homens da Polícia do Exército, contava com quatro tipos de segurança: aproximada, afastada, periférica e vertical. A segurança vertical era um dispositivo novo que visava patrulhar os prédios circunvizinhos, criado após o assassinato do presidente norte-americano John F. Kennedy, em 1963⁵⁴.

Além da chamada aliança civil-militar, composta por membros da elite civil, do empresariado e militares da reserva no complexo Ipes/Ibad segundo Dreifuss⁵⁵, contrária ao presidente João Goulart, alguns jornais publicaram em editorial e colunas teor contrário ao comício. No *Jornal do Brasil* saiu dias antes um editorial intitulado Sexta-Feira 13 que condenava o comício e a iniciativa de Goulart. Tal editorial foi inclusive lido por deputados

⁵¹ O GLOBO. “Comício comunista”. 12.03.1964, p. 14.

⁵² JORNAL DO BRASIL. “Meio para agitação”. 03.03.1964, p. 3.

⁵³ JORNAL DO BRASIL. “Exército reagirá a provocações”. 03.03.1964, p. 3.

⁵⁴ JORNAL DO BRASIL. “Segurança de Goulart dia 13 terá o que faltou a Kennedy”. 05.03.1964, p. 3

⁵⁵ DREIFUSS, op. cit., p. 162.

oposicionistas em plenário da Câmara dos Deputados, provavelmente para que constasse nos Anais do Congresso.

Também no *Jornal do Brasil*, o colunista Carlos Castello Branco afirmou na coluna de 29 de fevereiro de 1964 que o comício e a assinatura do decreto da Supra estariam sendo vistos por membros opositores ao governo e até mesmo por governistas como senha para invasão de terras pelos camponeses.

Horas antes do comício, foi realizada a assinatura de dois decretos importantes para a política nacional. O ato gerou um sentimento de que o presidente, para conservar o poder, estaria arregimentando partidários para dar um golpe. Setores que se sentiram ameaçados procuraram demonstrar toda a insatisfação por meio de passeatas contra o governo e manifestando adesão ao modo capitalista e à maneira como Jango conduzia os rumos da política nacional.

As passeatas foram chamadas de Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade⁵⁶. A primeira aconteceu menos de uma semana depois do comício da Central do Brasil, isto é, no dia 13 de março de 1964, na cidade de São Paulo⁵⁷. Apelidada de “maior manifestação popular já ocorrida na capital paulista”, tinha como objetivo defender a Constituição e mostrar o repúdio ao comunismo.

Família porque era composta por pessoas da classe média, havia inclusive muitas mulheres de “respeito”. As marchas mostravam que o “aparato da legalidade” estava pronto para quaisquer tentativas do presidente João Goulart de reformar a Carta Constitucional. As marchas foram uma clara resposta ao comício e logo se espalharam pelo Brasil. Grupos da elite da sociedade, como as senhoras do Jardim Botânico no Rio de Janeiro, angariavam fundos e se reuniam em grupos para pedir que o país fosse afastado do comunismo⁵⁸.

O nome Deus nas marchas também não foi por acaso. A participação de setores conservadores católicos de classe média foi considerável, além de amplo apoio da hierarquia da

⁵⁶ FICO, op. cit., p. 208.

⁵⁷ JORNAL DO BRASIL. 20.03. 1964. “Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime”, p. 1. Apesar de esse número ser a manchete da capa do jornal no dia seguinte à passeata, Elio Gaspari em seu livro relata que foram 200.000 que marcharam em São Paulo, op. cit., p. 49.

⁵⁸ O GLOBO. “Senhoras do Jardim Botânico pedem ao Exército que salve o país do perigo vermelho”, 19.03.1964, p. 3.

Igreja Católica. Era comum nas manifestações padres e bispos importantes fazer discursos criticando o rumo que o governo tomava e que, na visão deles, descambaria para o comunismo. O cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, chegou a benzer a marcha da vitória realizada na capital após o golpe militar. Todas as marchas contavam, tal qual uma escola de samba, com alas separadas por categorias. Havia a ala dos artistas, a dos padres, a dos deputados.

Além disso, nas marchas entoavam-se orações católicas como o Pai-nosso, primeiramente em São Paulo. Lá houve também a oração da mulher paulista ao Padre José de Anchieta. Ainda em março, antes da queda de Goulart, as marchas ocorreram em diversas cidades do interior paulista, tais como: Araraquara (21/03), Assis (21/03), Santos (25/03), Itapetininga (28/03), Atibaia (29/03), Ipaçu (29/03) e Tatuí (29/03). Posteriormente elas foram feitas no interior do Paraná e na cidade do Rio de Janeiro, já após o golpe, em 2 de abril.

Uma semana após o golpe, as marchas constituíram uma espécie de legitimação do mesmo e foram realizadas em diversas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Ocorreram também em Teresina, Recife, Goiânia e Brasília. Passaram então a ser chamadas de marchas da vitória.

Além da classe média e do setor conservador da Igreja Católica, o Exército brasileiro também se preparava. O chefe do Estado-Maior, general Castello Branco, divulga no dia 20 de março circular destinada aos subordinados contra João Goulart⁵⁹. Na circular, o general lembrava que “os meios militares não são para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei”.⁶⁰

A mensagem foi lida no auditório da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército pelo comandante, o coronel Jurandir Bizarria Mamede. O tom adotado por Castello seguia uma estratégia traçada há muito: defender a legalidade, conferindo aos defensores das reformas de base e de Goulart o rótulo de antidemocráticos. Era claramente um comandante convocando soldados, conforme reza o trecho a seguir:

⁵⁹FICO, op. cit., p. 208.

⁶⁰NETO, Lira. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 238.

É preciso perseverar, sempre “dentro dos limites da lei”. Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.”

Todos os grupos contrários ao governo de João Goulart estavam inquietos e prontos para desferir o golpe final. Faltava-lhes, entretanto, um pretexto maior do que os discursos do presidente e aliados. O que veio com a insubordinação na Marinha.⁶¹ Em um grupo de marinheiros, Anselmo, conhecido e promovido a cabo pela imprensa, afirmou que, “após o suicídio de um presidente, a renúncia de outro, os subversivos da ordem não conseguiriam fazer o mesmo com Goulart”. Começava assim a Revolta dos Marinheiros. Pressionado pelos outros ministros militares, Silvio Mota, então ministro da Marinha, enviou um destacamento de fuzileiros navais ao local para pôr fim à rebelião.

Os fuzileiros se juntaram aos rebelados, aumentando ainda mais o impasse. Foram incentivados pelo vice-almirante Cândido Aragão, comandante-geral do corpos de fuzileiros e conhecidamente janguista. Tinha inclusive o apelido de “almirante vermelho”. Dias depois, a foto de Aragão nos braços de marinheiros era o pretexto necessário para que o golpe fosse iniciado. A quebra da hierarquia prosseguia dentro das Forças Armadas. Silvio Mota afrontado por Aragão e sem o apoio de João Goulart apresentou carta de renúncia do Ministério.

Goulart só aumentou a sensação de quebra de hierarquia ao conceder perdão aos revoltosos e nomear o almirante reformado Paulo Rodrigues para o Ministério da Marinha. Os revoltosos fizeram uma passeata na Candelária dias depois de ter sido soltos. Solidário a Mota e à Marinha, o Exército se colocou ao lado daqueles que defendiam maior seriedade na hierarquia⁶².

Pouco adiantou a exoneração do almirante Aragão alguns dias depois da inusitada foto. Os militares, assim como a sociedade civil, parte da hierarquia da Igreja, setores do

⁶¹ Idem, p. 242.

⁶² JORNAL DO BRASIL. “Clube militar dá apoio ao Clube Naval”, 31.03.1964, p. 1.

empresariado, sobretudo ligados ao capital multinacional e associado⁶³, estavam em ritmo de golpe há alguns meses e o pretexto estava lançado. Para Putnam, o Estado não é unificado, e a política doméstica não só enquadra um Executivo com diferentes opiniões sobre o interesse nacional, mas também o Poder Legislativo, a opinião pública, eleições e grupos de interesse. Em âmbito nacional, grupos de pressão domésticos buscam interesses pressionando o governo a adotar políticas favoráveis e políticos buscam poder construindo coalizões com tais grupos⁶⁴. No caso do Brasil de 1964, os grupos de pressão não mais se sentiam representados pelo governo em questão, e a solução adotada foi o golpe militar.

Em 31 de março, o dispositivo golpista foi colocado em marcha. Tropas ligadas ao general Olympio Mourão Filho saíram do quartel em Juiz de Fora e dispositivos estrangeiros foram colocados em prontidão, conforme demonstram as obras de Marcos Sá Côrrea e Carlos Fico⁶⁵ por meio de documentos nunca antes utilizados. A operação Brother Sam, que não chegou a ser lançada, foi preparada com os dois lados: americano e brasileiro.

Ao saber da movimentação das tropas do general Olympio Mourão, Castello teria reagido dizendo que “não era possível, ainda não era a hora”. Castello telefonou para alguns generais e para o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, para que as tropas voltassem ao quartel, mas as iniciativas foram infrutíferas. Os militares acreditavam que a hora era aquela, e o governador mineiro achava que as reticências de Castello eram para impedir que “Minas estivesse na vanguarda do movimento”⁶⁶. Goulart ainda se encontrava em território nacional, mas já voltava para a casa no Rio Grande do Sul para se reunir com políticos e aliados e orquestrar uma possível reação.

Apesar de ter sido saudada como uma “revolução sem tiros”, houve incidentes como o da Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul. Logo após o afastamento de Goulart, o brigadeiro Néelson Freire Lavanère-Wanderley tomou o comando da 5ª Zona Aérea das mãos do então comandante, o tenente-coronel Alfeu de Alcântara Monteiro. Dias depois, ao oficializar a situação de fato, Wanderley desferiu tiros em Alcântara Monteiro, em um episódio que contou

⁶³ DREIFUSS, op. cit., p. 49.

⁶⁴ PUTNAM, op. cit.

⁶⁵ FICO, Carlos, op. cit., CÔRREA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Os documentos liberados pela biblioteca Lindon Johnson. Universidade do Texas. Porto Alegre: L&PM, 1977.

⁶⁶ NETO, Lira, op. cit., p. 247.

com a ajuda do coronel Roberto Hipólito da Costa, sobrinho de Castello Branco. O tenente-coronel não resistiu aos ferimentos e faleceu alguns dias depois. O caso foi abafado pelo novo presidente da República⁶⁷. O enterro de Alcântara Monteiro teve nota curta no jornal gaúcho *Correio do Povo*, e a causa da morte não fora mencionada⁶⁸.

Ainda em solo brasileiro, o presidente João Goulart foi afastado do poder. O presidente do Congresso, Senador Auro de Moura Andrade, declarou a vacância do cargo; e o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, assumiu, interinamente, a Presidência da República, até a eleição indireta de Castello Branco pelo Congresso Nacional.

No dia 1º de Abril, em editorial claramente escrito por golpistas, o *Jornal do Brasil* anunciava que Goulart estava fora da lei e que “a nova legalidade chegara ao país desde ontem”⁶⁹. Goulart viajara para o Rio Grande do Sul, e um dia após sua deposição disse que “dispensava o sacrifício gaúcho” numa clara tentativa de não incitar contragolpes.

O golpe foi saudado por outro jornal carioca, *O Globo*, na capa do dia 02 de abril, em que diz que “ressurge a democracia” ao anunciar Mazzilli empossado como novo presidente da República. Em 04 de abril, o nome do general Castello Branco é indicado para a Presidência da República. No dia 15 do mesmo mês, Castello assume como o primeiro presidente-general da ditadura militar.

Os próximos capítulos analisarão a política externa do novo governo e as medidas tomadas por Castello Branco para satisfazer os grupos de pressão que o levaram ao poder, a saber: os militares, o empresariado e a sociedade civil, sobretudo a de classe média e conservadora. Esse foi o meio encontrado pelo novo governo para solucionar as duas crises que sofria o Estado brasileiro: a saber, a econômica, tendo em vista que não garantia os insumos básicos para a população e para o setor industrial e a de legitimidade, já que João Goulart havia perdido apoio de grande parte da população brasileira.

⁶⁷. Idem, p. 255.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ JORNAL DO BRASIL. “Fora da lei”. 01.04.1964.

CAPÍTULO II – A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO CASTELLO BRANCO NO CONTINENTE AMERICANO

2.1. Introdução

Meses após o golpe de 31 de março, Castello Branco dirigiu-se aos formandos do Instituto Rio Branco, futuros diplomatas, em discurso que pode ser considerado o primeiro resumo do que a política externa viria a ser. Castello faz críticas fortes à PEI e diz que o Brasil adotaria agora uma “política externa in(ter)dependente”⁷⁰. O presidente da República apresenta a teoria dos círculos concêntricos, dividindo o mundo em três regiões: América Latina, hemisfério americano e mundo além-mar.

Essas regiões correspondem às que Golbery do Couto e Silva, no livro *Geopolítica do Brasil*⁷¹, criou. Fica claro que a preocupação brasileira na duas primeiras áreas é com a segurança continental e conseqüentemente em afastar “o fantasma do comunismo na nossa região”. Castello Branco em outro discurso alguns anos mais tarde confia que somente os “laços que se pautarem por meio da ação multilateral vão evitar ideologias estranhas à formação cristã do continente”⁷².

As regiões mais afastadas do Brasil e que não ameaçavam a segurança nacional poderiam ser tratadas com mais pragmatismo, evitando aí o discurso maniqueísta da Guerra

⁷⁰ CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Secretaria de Imprensa. 1964, p. 107.

⁷¹ COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

⁷² Idem, p. 109.

Fria⁷³. Foi o caso das relações Brasil-URSS e outros países do bloco socialista. A lógica das trocas comerciais prevaleceu aqui.

No entanto, a segurança continental era vista como preocupação da política externa do governo militar no período. Num primeiro momento, a atuação brasileira na região se mostrou difícil, e os primeiros meses do novo governo foram de tentativas de reconhecimento da nova situação política interna. Alguns países, como a Venezuela, por exemplo, romperam relações diplomáticas com o Brasil; e muitos outros viam com desconfiança o discurso brasileiro de aliado preferencial dos EUA.

2.2. EUA: de Aliado Entusiasmado a Parceiro Cauteloso

As relações do Brasil com os Estados Unidos suscitam interesse especial, tanto pela importância econômica e militar dos EUA no mundo, como pela forma como esta nação trata a América Latina, considerada área de influência natural. No período da Guerra Fria, os EUA procuraram estreitar os laços com os países latino-americanos, sobretudo após a Revolução Cubana de 1959.

No começo da década de 1960, o mundo assistia a uma verdadeira escalada do conflito bipolar. A Guerra Fria entre as superpotências e respectivos blocos “constitui o marco de referência obrigatório para o estudo e a compreensão das relações econômicas e políticas internacionais da época”⁷⁴.

⁷³ SILVA, André. *A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento: a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 107.

⁷⁴ RAPPOPORT, Mario & LAUFER, Ruben. “Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº. 43, p. 69-98.

Com a generalização do conflito Leste–Oeste, nenhum lugar do mundo estava fora da disputa pela primazia mundial, que opunha Washington e Moscou. Manteve-se a política de blocos rivais, particularmente pela intervenção militar norte-americana no Sudeste Asiático e pelo processo de profundas mudanças ocorridas a partir da morte de Stálin na URSS; processo que, desembocando no golpe de estado que em 1964 substituiu o premiê Khruchov pela *troika* Brezhnev-Kosygin-Podgorny, resultaria em acelerado movimento expansionista do gigante soviético. Debaixo da cobertura retórica da “dissuasão” por um lado, e da “competição pacífica” por outro, ambos os países deram impulso à corrida armamentista e nuclear. Durante as duas décadas seguintes, o mundo seria posto várias vezes na extremidade de nova guerra mundial, cujo ponto mais alto se manifestou na “crise dos mísseis cubanos”, em 1962⁷⁵.

Outras tendências favoreceram essa característica decisiva do mundo bipolar. Por um lado, verificava-se o crescente papel dos países do Terceiro Mundo por meio do vasto movimento anticolonialista e anti-imperialista e pela conformação do Movimento dos Países Não-Alinhados. Por outro, ambos os blocos estavam experimentando fissuras sérias. A China se separou do bloco soviético. Europa e Japão, completada a reconstrução da economia dos estragos da Segunda Guerra Mundial, transformavam-se aceleradamente em novos centros mundiais do poder econômico e financeiro, dependentes ainda do guarda-chuva militar dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, aspirantes a uma margem cada vez maior de autonomia política. Os países da Europa Ocidental consolidavam a força econômica pela integração comunitária.

A América Latina constituía campo particular da rivalidade bipolar. A persistência de estruturas econômicas atrasadas e a assimetria das relações econômicas com as grandes potências explicam a emergência em vários países da região, já durante a década anterior, de vasta mobilização social e propostas políticas contendo maior ou menor viés nacionalista e populista que questionavam o atraso e a dependência e ofereciam caminhos alternativos na procura do desenvolvimento econômico e social⁷⁶.

⁷⁵ HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 227.

⁷⁶ *idem*, p. 344.

O triunfo da Revolução Cubana de 1959 causou comoção profunda em todo o ambiente latino-americano. A preocupação principal de Washington na região passou a ser impedir que novos movimentos como o cubano surgissem em outros lugares do continente. O tema das “ameaças extracontinentais” dominou, em agosto de 1960, a conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) na Costa Rica.

A dimensão continental da política norte-americanas para os países do Cone Sul se traduziu em generalizada adoção de suas Forças Armadas da doutrina militar propugnada a partir do National War College, centrada no combate ao “inimigo interno”⁷⁷.

A nova estratégia norte-americana procurava impedir que qualquer potência estrangeira (isto é, a URSS) pudesse colocar militarmente o pé no “Hemisfério” e buscava combater tanto o estado de crescente insatisfação das massas populares como as tendências nacionalistas e antiamericanas latentes em setores que gravitavam em torno das classes dirigentes e das Forças Armadas. Esse clima poderia abrir uma brecha favorável ao que a política externa norte-americana entendia como “exploração comunista” da crise econômica e do descontentamento social.

Esse era o ambiente externo da época, e é preciso conhecê-lo para compreender o porquê de o interesse norte-americano no Brasil ter sido tão alto. É sabido hoje que a participação americana no golpe foi intensa.

Desde o final da década de 1970, com o livro do jornalista Marcos Sá Côrrea⁷⁸, a tese de que o golpe militar fora 100% brasileiro veio por terra. O embaixador americano Lincoln Gordon chegou a declarar textualmente isso ao afirmar que o governo dos EUA não teve nenhuma participação no acontecido. Tais declarações não se sustentaram quando a documentação veio à tona.

Além do livro de Côrrea, as obras de Carlos Fico apresentam mais documentos inéditos que comprovam que a chamada operação Brother Sam foi realizada com ampla participação do governo americano, sobretudo na figura do embaixador Lincoln Gordon. É claro que um governo não pode ser resumido à figura de uma só pessoa e que o próprio Gordon sofreu

⁷⁷ RAPPOPORT, op. cit., p. 73.

⁷⁸ CÔRREA, op. cit.

inúmeras críticas dentro dos EUA, pois havia setores da sociedade e do governo americano que foram contrários ao golpe e protestaram durante todos os anos contra a ditadura militar brasileira⁷⁹.

Com extensa documentação e densas obras, prova-se que se encontra ultrapassada tal discussão; e incorpora-se neste texto a tese de que o governo norte-americano não só sabia, como participou ativamente do golpe militar de 1964. De fato, os EUA foram os primeiros a reconhecer o novo governo militar recém-instalado no Brasil.

Em 03 de abril de 1964, apenas três dias após o golpe, um porta-voz do Departamento de Estado norte-americano declarou que as relações diplomáticas com o Brasil permaneciam inalteradas. Ao ser perguntado se os EUA iriam chamar o embaixador Gordon para consultas, o mesmo porta-voz rechaçou a medida prontamente, dizendo que os canais diplomáticos com o Brasil operavam dentro da normalidade e que Washington recebia informações regulares da Embaixada no Brasil.

Não só permaneciam inalteradas como foi comemorada nos EUA, sobretudo pelo Executivo norte-americano, a derrubada de João Goulart. Por insistente recomendação do embaixador, o presidente Johnson confirmou prontamente que reconhecia o novo governo brasileiro, mesmo que outros países ainda tivessem dificuldade em compreender o que acontecia no país⁸⁰. O ministro das Relações Exteriores do Peru era um desses e afirmou que “não entendia o que se passava no Brasil, mas que, se havia o apoio dos EUA na operação, é porque deveria haver um bom motivo para tanto.”⁸¹

No mesmo dia 03, o presidente norte-americano Lyndon Johnson garantiu ao presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, que aumentaria a ajuda econômica ao Brasil. Johnson parabeniza Mazzilli pela posse como presidente do Brasil e oferece amplo apoio financeiro na

⁷⁹ Lançado no Brasil em 2009, o livro *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*, do professor de história e estudos brasileiros na Brown University James N. Green, descreve como alguns setores da sociedade e mesmo do governo norte-americano foram desde o princípio, seja por motivos religiosos, filosóficos, políticos, seja de foro íntimo, contrários à ditadura militar brasileira e que, apesar da pouca repercussão, quer lá, quer cá, se fizeram ouvir e inspiraram anos mais tarde a política condenatória dos direitos humanos orquestrada pelo presidente Jimmy Carter.

⁸⁰ FICO, op. cit., p. 128

⁸¹ Idem, p. 127.

“busca pelo desenvolvimento econômico e social” do país. E afirma ainda que o Brasil é um grande aliado na busca pela paz e segurança do continente americano.

Complementando a ajuda econômica, os EUA aumentam também o envio de recursos para gastos militares a todos os países da América Latina, incluindo como grande aliado agora o Brasil⁸².

Embora houvesse grande alegria e até mesmo pressa em reconhecer o governo brasileiro que acabara de dar o golpe, os americanos se dividiam quanto aos rumos que poderia o Brasil tomar se o novo governo continuasse recebendo apoio irrestrito dos EUA.

O *New York Times* publicou uma matéria criticando o embaixador Gordon após uma palestra que este havia dado na Escola Superior de Guerra. Segundo telegrama enviado pela embaixada brasileira em Washington, as

opiniões do Embaixador estão fadadas a ampla repercussão na opinião pública norte-americana e, contrastando com a reserva até agora mantida pelo governo deste país, representarão pesado golpe de crédito de compreensão para com a orientação do governo brasileiro, a qual, como tenho informado Vossa Excelência vem sendo destorcida (sic) na imprensa deste país⁸³.

Gordon havia proferido dias antes um discurso na Escola Superior de Guerra em que exaltava o novo governo brasileiro e concedia amplo apoio dos EUA às políticas brasileiras de estabilização econômica. Afirmou também que a ação do Exército no Brasil “poderá tomar seu lugar como um dos pontos críticos de mudança da História no meado do século XX, ao lado do início do Plano Marshall, do fim do bloqueio de Berlim, da derrota da agressão comunista na Coreia e da solução da crise da base de mísseis em Cuba”.

No mesmo telegrama, a Embaixada do Brasil em Washington busca orientação do presidente brasileiro no sentido de enviar a jornais e revistas um comunicado relatando o ponto

⁸² O GLOBO. “Maior ajuda dos EUA às Forças Armadas da América Latina”. 15.04.1964, p. 8.

⁸³ Telegrama confidencial da Embaixada em Washington. SG/DAS/DI/500. 06.05.1964.

de vista do governo acerca da situação no Brasil, evitando assim reportagens críticas como a do *New York Times* e a do *Washington Post*, esta intitulada “Military dictatorship grips Brazil”, endereçadas à nova ditadura e discutindo o rumo que o Brasil poderia tomar com o apoio irrestrito do governo norte-americano na figura do embaixador Lincoln Gordon.

Alguns setores dos EUA aumentaram ainda mais as reticências com relação à ditadura brasileira após a promulgação de um Ato Institucional. Redigido por Francisco Campos, foi editado em 09 de abril de 1964 pela junta militar e passou a ser designado como Ato Institucional nº 1 (ou AI-1, mas somente após a divulgação do AI-2). Com onze artigos, o AI-1 dava ao governo militar o poder de alterar a Constituição, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública.

Marcavam-se eleições indiretas para a Presidência da República no dia 11 de abril de 1964, mantida a previsão de término do mandato presidencial em 31 de janeiro de 1966, quando expiraria a vigência do ato. De fato, os principais temores de parte dos americanos se concretizavam: cassação de direitos políticos, eleições indiretas e prisões arbitrárias. A situação se agravou com a edição do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Em 1965, com a vigência do AI-1 prestes a vencer, o poder estabelecido com o golpe militar procurou uma maneira de continuar no poder sem as eleições que estavam marcadas para janeiro do ano seguinte. Com o AI-2, postergou-se a data para 3 de outubro de 1966. Nesta eleição, não poderia o presidente Castello Branco reeleger-se.

Castello mostrava-se em dúvida com relação a tais medidas, porém precisava abrandar a chamada “linha dura” do Exército⁸⁴. Por conter prorrogação de mandato presidencial, além da cassação de inúmeros políticos, as relações do Brasil com os EUA sofreram um primeiro abalo com a edição do segundo Ato Institucional, e Castello e os moderados pareciam saber disso⁸⁵, daí a resistência ao documento. Os americanos, sobretudo do Poder Legislativo, pareciam demonstrar preocupação com o número de prisões e cassações de mandatos no Brasil.

⁸⁴ VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p. 335.

⁸⁵ GREEN, op. cit., p. 10.

Além da manutenção no poder e de eleições indiretas, o AI-2 dissolveu todos os partidos políticos, fato que desagradou enormemente alguns políticos em Washington⁸⁶. Wayne Morse, senador democrata pelo Estado de Oregon, criticou duramente o governo brasileiro após a edição do AI-2.

Green mostra que, embora o Executivo norte-americano tenha sempre prestigiado o regime militar e endossado a repressão, parte do Congresso não partilhava essa avaliação. A reação começou com o senador Robert Kennedy e ganhou mais consistência com outro senador, W. Morse, que já se destacara pela oposição à Guerra do Vietnã.

Em um primeiro momento, Morse foi quase uma voz solitária, contestando as sucessivas rupturas constitucionais. Criticou em especial a repressão na Universidade de Brasília (UnB). Só dois outros senadores o respaldaram. Mais tarde, porém, ganharia mais apoio. Morse foi inicialmente favorável ao governo brasileiro, mas se desiluiu quando da edição do Ato Institucional nº. 2. Para alguns setores norte-americanos, o Ato foi o fim do que consideravam como um governo a ser seguido. O pragmatismo de evitar nova revolução comunista na América Latina não valeria a pena, aos olhos desses setores, se fosse implementada uma ditadura militar nos países abaixo do Rio Grande.

Embora houvesse problemas e desconfianças de ambos os lados, EUA e Brasil, sem dúvida alguma, melhoraram as relações desde os dias finais do governo João Goulart. Visto com desconfiança pelos americanos, Goulart foi perdendo apoio considerável do país do Norte. Ao chegar ao poder, uma das primeiras declarações dadas por Castello Branco foi de “total solidariedade com o sistema ocidental e americano”⁸⁷.

Por essas declarações e ações no campo hemisférico, alguns autores classificaram o período do primeiro governo militar como sendo de “alinhamento automático” com os EUA. A literatura especializada conceituou o conceito de “interregno⁸⁸” para classificar o período. Interregno porque a “tendência” natural da diplomacia brasileira seria de busca por múltiplos parceiros, em detrimento do alinhamento com um só. A política externa independente teria sido

⁸⁶ Idem, p.117.

⁸⁷ CASTELLO BRANCO, op. cit, p. 109.

⁸⁸ CERVO, Amado. Luiz; BUENO, Clodoaldo.. *História da política exterior do Brasil*. 3ª. ed. Brasília: EdUnB, 2008. Os autores nomeiam o capítulo que trata da política externa do governo Castello Branco como “O Interregno de Castello Branco”.

a expressão maior dessa “tendência”. Outro ponto de crítica seriam as enormes ajudas econômicas recebidas pelo país dos EUA.

Esses empréstimos vieram para salvaguardar o novo governo. Em junho de 1964, os EUA enviaram 50 milhões de dólares (cerca de 60 bilhões de cruzeiros) para que o país estabilizasse as contas. O embaixador Lincoln Gordon, presente à assinatura do empréstimo, afirmou que novos auxílios estariam previstos para o Brasil por meio da Aliança para o Progresso⁸⁹. De fato, a ajuda chegou alguns meses mais tarde, em setembro do mesmo ano.

A ajuda econômica era apenas o pretexto para o Brasil se aliar de fato com os EUA em assuntos considerados prioritários para o governo norte-americano. Entre os quais o combate ao comunismo no continente e no mundo, além da disposição do Brasil em ajudar com tropas em alguns conflitos. De fato, a liderança brasileira na Missão de Paz na República Dominicana, ocorrida no âmbito da OEA, vem nesse sentido, assim como a proposta de criação de uma Força Internacional Permanente no continente americano, frustrada pelos países latino-americanos.

Durante todo o governo Castello Branco, os Estados Unidos colocaram em pauta a participação do Brasil na Guerra do Vietnã. Diferentemente da República Dominicana, país no qual o Brasil tinha interesse, o Vietnã parecia extremamente distante e longe dos interesses brasileiros. O Brasil, no entanto, sempre se comportou de forma solidária aos EUA, conforme atesta carta de agosto de 1964 do presidente Castello Branco enviada após ataques a lanchas americanas no Vietnã:

Meu caro Senhor presidente. Recebi, por intermédio de seu Embaixador, a mensagem de Vossa Excelência relativa aos ataques armados do Vietname do Norte contra navios de guerra norte-americanos em alto-mar. Vossa Excelência tem razão ao imaginar que sua profunda preocupação ante esse ataque é por mim compartilhada. Considero esse recurso a força contrária a Carta das Nações Unidas. Entendo que ele justifica plenamente o exercício do direito de legítima defesa, como praticado pelos Estados Unidos da América. Dei instruções ao representante do Brasil no Conselho de Segurança para que ali atue de acordo com o que precede, manifestando nossa esperança de que as autoridades do Vietname do Norte modifiquem sua atitude e de que todos os governos se esforcem no sentido de impedir o agravamento das tensões no Sudeste da Ásia. Ao manifestar a Vossa Excelência minha solidariedade, faço-o no mesmo desejo de paz e no mesmo

⁸⁹ JORNAL DO BRASIL. “EUA dão Cr\$ 60 bilhões para estabilizar o Brasil”. 25.06.1964, p. 1.

sentimento de repulsa às soluções violentas das contendas internacionais. Com a segurança de meu alto apreço e amizade⁹⁰.

A carta mostra que o Brasil de fato estava ao lado dos EUA. Porém, percebe-se claramente que nosso país não tinha intenção de mandar nenhum tipo de tropa e demonstra apenas solidariedade e dá razão aos EUA no conflito. O presidente Johnson esperava que o Brasil entrasse na guerra ao lado dos EUA, no entanto, a única ajuda que ocorreu, além de palavras de solidariedade, foi o envio de café e de remédios. Vasco Leitão da Cunha comparou a atuação de Castello Branco, nessa situação, com a de Getúlio Vargas antes de entrar na Segunda Guerra Mundial, ao chamar de “solidariedade admirativa”.⁹¹

Aconteceu uma situação constrangedora para o governo, quando o então embaixador do Brasil na Tailândia e no Vietnã do Sul, Nelson Tabajara de Oliveira, defendeu o envio de tropas brasileiras ao Vietnã⁹². Obviamente, o embaixador não expressava a vontade do governo brasileiro, que logo após o retirou do posto na Ásia. Para Oliveira, “participar dessa missão ao lado dos Estados Unidos é uma honra para qualquer país”. Não foi isso o que pensavam as autoridades brasileiras.

Apesar de declarações como essa, o governo brasileiro mantinha rugas em outros setores, como o café, por exemplo. O Brasil tinha interesse no cumprimento do Acordo Internacional do Café, assinado em 1962. O Senado dos EUA havia aprovado a assinatura do acordo em julho de 1964, mas a Câmara de Deputados americana o rejeitou em agosto do mesmo ano. Entre janeiro e julho de 1965, houve várias tentativas do governo brasileiro a fim de resolver a questão com o governo americano, mas a Câmara americana aprovou uma lei que provocava leve declínio no preço do café exportado. Todavia, as exportações do café brasileiro para os EUA aumentaram⁹³.

⁹⁰ O GLOBO. “Johnson aceita apoio e promete ajudar o Brasil pela Aliança”. 06.09.1964, p. 1.

⁹¹ CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto mar* (Depoimento prestado ao CPDOC). Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 290.

⁹² JORNAL DO BRASIL. “Embaixador do Brasil é pela ida de fuzileiros”. 12.03.1965, p. 1.

⁹³ SILVA, op. cit., p. 76.

Outro assunto que apresentava discordância entre os dois países era a questão nuclear. Embora, somente em governos posteriores se abandonou a crença de que os Estados Unidos ajudariam no fornecimento de tecnologia e desenvolvimento de energia nuclear, o Brasil já se mostrava-se insatisfeito com a cautela americana em propiciar o desenvolvimento dessa indústria. Os dirigentes brasileiros, todavia, evitavam desferir críticas diretamente aos americanos.

O ponto principal era que, apesar dos discursos e mesmo vontade em melhorar a relação bilateral, Brasil e EUA possuíam interesses díspares em diversas áreas sensíveis.

Falar em “alinhamento automático”, ou a afirmação de Vizentini que diz que o “Brasil realizou em sua política, tanto externa como interna, tudo aquilo que os EUA reclamavam⁹⁴”, parece carecer de fundamento teórico e de provas na documentação encontrada e notícias de jornais⁹⁵, assim como as iniciativas brasileiras e mesmo as americanas (sobretudo aquelas encontradas no Legislativo e na sociedade) parecem reforçar a tese de que as relações no plano político e do executivo, sobretudo, melhoraram sensivelmente, mas, conforme dito anteriormente, o Estado não é unitário. Isto é, não é apenas um chefe de Estado ou um ministro quem decide. As decisões são tomadas por consultas e acomodações das mais diversas burocracias.

Porém, se com o aliado preferencial o Brasil tinha muitas rugas, estas se mostram muito mais claramente quando o assunto diz respeito aos vizinhos da América do Sul.

⁹⁴ VIZENTINI, Paulo. *Política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: EDUFGRS, 1998, p. 37.

⁹⁵ Não é incomum encontrar notícias sobre a relação bilateral entre Brasil e EUA e que elas estão normais, apesar das dificuldades. Editoriais como o do *Jornal do Brasil* de 11.04.1965 intitulado “Política externa faz um balanço de após um ano transcorrido que o Brasil não conseguiu melhorar a contento as suas relações com os EUA”.

2.3. América do Sul: Anos Turbulentos

Se com os Estados Unidos o reconhecimento do novo governo militar não foi um problema, o mesmo não pode ser dito com relação aos países sul-americanos. Com um histórico de revoluções e golpes militares, estes países aprenderam a ser cautelosos uns em relação aos outros, e o reconhecimento, quando aconteceu, veio após uma série de tratativas. Isso se deve ao fato de possuírem, muitos desses países, oposições dispostas a dar o golpe também dentro de cada território nacional. O que para os EUA era um movimento anticomunista e muito bem-vindo, para os países sul-americanos o caso do Brasil poderia ser um modelo a não ser seguido.

A Argentina é um exemplo claro. Num primeiro momento manteve-se cautelosa, principalmente após o general e ex-presidente provisório Pedro Eugenio Aramburu declarar que “a revolução no Brasil manteve a democracia. E, que se assim ocorrer, será um exemplo a ser seguido e um alívio para todos os países do continente”. Na declaração, o general ainda clama que o governo de seu país dê total apoio ao governo brasileiro por ter se mostrado contrário à “ditadura comunista” de João Goulart. É de notar que, após o golpe brasileiro, na Argentina ocorreu o golpe do general Onganía, em 1966. A relação entre os dois golpes é estudada por Raporte em artigo anteriormente citado⁹⁶.

O reconhecimento desse golpe em 1966 veio rapidamente, com a seguinte declaração do Ministro das Relações Exteriores do Brasil: “compreendemos, por experiência própria, que, por vezes, a adoção de medidas excepcionais é a melhor maneira de preservar a essência democrática e torna possível, no futuro, seu pleno desenvolvimento”.⁹⁷

Além do general Eugenio Aramburu, inúmeras entidades democráticas e anticomunistas da Argentina se pronunciaram a favor da derrubada de João Goulart. A federação Argentina de entidades democráticas anticomunistas exortou as autoridades brasileiras a combater os “agentes da psicopolítica do caos e do castrocomunismo, guerrilheiros e bando de criminosos já descobertos ou ainda ocultos.”

⁹⁶ RAPPOPORT, Op. cit.

⁹⁷ CORREIO DA MANHÃ. “Itamarati anuncia que reconhecerá governo de Onganía”, 02.07.1966, p. 5.

Naquela época, para a direita, ser democrático era ser anti-comunista. Esses grupos acusavam a esquerda de tentar produzir uma ditadura do proletariado. É nesse sentido que se deve entender a carta de Castello Branco aos seus subordinados, na qual chama Goulart e seu grupo de anti-democráticos, assim como logo, após o golpe, a declaração do novo Presidente afirmando que o Brasil somente teria relações com países democráticos. Atualmente, tal afirmação soa esquisita e hipócrita. A noção de democracia do grupo que tomou o poder em 31 de Março de 1964 é diferente da que temos hoje.

O Peru esperou para se definir. Fernando Schwalb, chanceler peruano, declarou ser “melhor aguardar para saber os pormenores da situação interna antes de tomar uma posição”, isso em 05 de abril de 1964⁹⁸. No entanto, os jornais peruanos criticaram imensamente a ruptura democrática no Brasil⁹⁹. Foi o periódico *Expresso* que alguns meses depois parabenizaria o governo brasileiro pelo rompimento diplomático com Cuba.

Com o Uruguai, a questão também provou ser delicada. No período que compreende todo o governo Castello Branco (1964-1967), o Uruguai foi o único país da Bacia do Prata a manter um regime democrático. Esse é um dos motivos da dificuldade em saudar o novo regime no Brasil, no entanto, o reconhecimento se deu em 23 de abril de 1964. O Uruguai contava com um agravante: Goulart e Brizola, dois dos principais nomes do governo anterior, haviam se asilado naquele país. A situação delicada será analisada a seguir.

Outro país sul-americano com que o Brasil teve problemas não só de reconhecimento mas também de manutenção das relações diplomáticas foi a Venezuela. Em 20 de abril de 1964, a Venezuela, com base na doutrina Betancourt¹⁰⁰, rompeu relações com o Brasil e mandou retornar o encarregado de negócios, o embaixador Sanchez Tirado. A doutrina Betancourt era uma determinação de não reconhecer governos oriundos de golpe de Estado.

Nesse momento, os “revolucionários” brasileiros se mostravam ao mundo como continuadores da democracia e afirmavam que a sucessão ocorreu dentro da normalidade constitucional do país e faziam de tudo para manter tal imagem. O Itamaraty condenou a ação

⁹⁸ JORNAL DO BRASIL. “Peru espera, jornais atacam”. 05.04.1964., p. 1.

⁹⁹ *idem*.

¹⁰⁰ VIZENTINI, op. cit., p. 42.

venezuelana e afirmou que “não aceitava como válidas as razões apresentadas pelo seu governo”.¹⁰¹

Passada a fase de reconhecimento do novo governo, que apresentou algumas dificuldades para o novo governo, Castello Branco e o bloco que chegara ao poder começaram a tratar de uma questão ainda mais delicada com o Uruguai: a dos asilados políticos.

Asilo político é uma instituição jurídica que visa à proteção de qualquer cidadão estrangeiro que se encontre perseguido em seu território por delitos políticos, convicções religiosas ou questões raciais. A perseguição política era o caso de muitos asilados, a maioria políticos de expressão nacional: como o próprio ex-presidente João Goulart e o ex-deputado Leonel Brizola. As relações bilaterais tensas entre Brasil e Uruguai se deveram à percepção brasileira de que o Uruguai estaria favorecendo os asilados.

Em 25 de novembro de 1964, o Itamaraty pediu que o governo uruguaio internasse os asilados políticos. Internamento em direito internacional público significa vigiar o asilado e impedir que ele realize ações de cunho político. De acordo com inúmeras convenções que regem sobre o asilo político, é vedada a prática política do asilado no território que o acolheu.

O governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, em tom explosivo declarou em 8 de abril de 1964, dias após o golpe, que o Uruguai saberia exercer o direito de asilo e não “permitiria que brasileiros que lá estivessem conspirassem para matar seus compatriotas”¹⁰².

A questão toda foi por causa de pronunciamentos do ex-deputado Leonel Brizola, que se encontrava em Montevidéu. Brizola incitara o governador Mauro Borges do Estado de Goiás a resistir contra o que chamava de “esmagamento do poder civil”. O embaixador brasileiro Pio Côrrea foi reclamar com a chancelaria uruguaia, porém nada foi feito. Para o Brasil, asilado político deveria abster-se de tecer comentários sobre a situação interna do país. Esse era um dos requisitos para a concessão do asilo: não envolver-se em manifestações políticas.

Além disso, naquele momento chegavam em solo uruguaio os brasileiros Almino Afonso, ex-ministro do trabalho do governo João Goulart, e Max da Costa Santos, deputado

¹⁰¹ JORNAL DO BRASIL. “Brasil e Venezuela concluem rompimento diplomático”, 21.04.1964, p. 15.

¹⁰² O GLOBO. “Lacerda diz que o Uruguai não permitirá que se conspire em seu solo para matar brasileiros”, 08.04.1964., p. 15.

cassado, que se encontravam na Iugoslávia e no México respectivamente. Os dois aterrissaram com a documentação inadequada. O governo brasileiro preocupava-se com a aglomeração de asilados políticos em um país vizinho. Almino Afonso se teria, segundo informações dos órgãos de inteligência do exército, reunido com Goulart e Samuel Wainer, jornalista que apoiava o esquerdismo e que embora asilado na Bolívia havia viajado para a reunião com os dois, em Montevideú.

Em janeiro de 1965, após haver pedido que negasse qualquer outra solicitação de asilados, o Brasil mostrou toda a insatisfação ao saber que o governo uruguaio estava analisando a questão do asilo do ex-deputado pelo Maranhão Neiva Moreira. Mais uma vez, o embaixador Pio Côrrea prometeu pronunciamento e em entrevista ao *Jornal do Brasil* disse que o país poderia romper relações diplomáticas com o Uruguai¹⁰³. Mais uma vez, em janeiro de 1965, o Brasil pediu o internamento de Leonel Brizola.

A situação mais grave ocorrida em virtude dos asilados foi a acusação do governo uruguaio de que aviões brasileiros invadiram seu espaço aéreo em abril de 1965, portanto, logo após o acirramento da crise acerca dos asilados. O ministro da Aeronáutica rechaçou a acusação dizendo que “não teríamos porquê (sic) invadir o território uruguaio, já que o governo daquele país nunca negou qualquer pedido de sobrevôo brasileiro”.

Além das reclamações do governo uruguaio, haveria um piloto civil que testemunhara a invasão. As investigações foram inconclusivas, e, embora o governo uruguaio tenha manifestado insatisfação, o caso não tomou maiores proporções. As tensões, mesmo tendo permeado todo o governo Castello Branco, foram se diluindo aos poucos, sem maiores incidentes¹⁰⁴.

Com a Argentina, desde a queda de João Goulart, as relações foram-se abrandando. Os militares argentinos tinham a mesma noção de segurança que os brasileiros, ambos compartilhavam a ideia de “fronteiras ideológicas”. Após o golpe militar do general Onganía, a relação melhorou ainda mais.

¹⁰³ JORNAL DO BRASIL. “Brasil protestará e pode até romper com o Uruguai devido ao asilo a Neiva”, 29.01.1965., p. 4.

¹⁰⁴ VIZENTINI, op. cit., p. 43.

As relações eram tão promissoras que o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Zavala Ortiz, chegou a afirmar, em junho de 1964, que “as melhores relações que mantemos na região são com o Brasil, pretendendo iniciar uma política de consultas para resolver problemas comuns”.¹⁰⁵

De fato, Ortiz realizou uma visita ao presidente Castello Branco em agosto de 1964, na cidade de Brasília. A visita, de mero caráter protocolar, provocou muito otimismo para que “desse encontro surgisse um reencontro entre Brasil e Argentina”.¹⁰⁶

Uma das situações que mais agradaram ao governo argentino foi a recusa do governo brasileiro de permitir que o avião de Perón seguisse viagem para o Uruguai.

Batizada de Operação Retorno, envolvia, além da ida ao Paraguai e Uruguai, diversas manifestações, greves e protestos organizados junto com a CGT em Buenos Aires. Perón tentou voltar à Argentina após longo exílio na Espanha. A aeronave em que viajava fez, no entanto, uma escala no Brasil, e o governo brasileiro atendeu aos pedidos da Argentina de não permitir que o ex-presidente continuasse viajando.

A Espanha o acolheu de volta, lamentando a decisão brasileira e estranhando o fato, porém evitou entrar em polêmica em situação tão delicada para os países sul-americanos. O ministro do Interior da Argentina agradeceu ao governo brasileiro e disse que, “embora a situação em meu país esteja calma, a vinda desse homem poderia tumultuar as coisas, mas a polícia encontrava-se de prontidão para quaisquer manifestações”.¹⁰⁷

A aproximação dos dois maiores países da América do Sul provocou medo e desconfiança nos vizinhos. Segundo André Silva, o pacto andino teria surgido entre Chile, Venezuela, Peru e Equador para se fortalecerem por meio de um mercado sub-regional¹⁰⁸. A declaração de Bogotá de 16 de agosto de 1966 não foi bem recebida pelo chanceler brasileiro Juracy Magalhães, que havia trocado de lugar com Vasco Leitão da Cunha em janeiro do mesmo ano. Anteriormente, Juracy Magalhães ocupava o cargo de embaixador em Washington, enquanto Vasco era o ministro das Relações Exteriores.

¹⁰⁵ SILVA, op. cit., p. 89.

¹⁰⁶ JORNAL DO BRASIL. “Editorial chamado Brasil e Argentina”, 05.08.1964, p. 10.

¹⁰⁷ JORNAL DO BRASIL. “Brasil atende Argentina e devolve Perón a Madri”. 03.12.1964, p. 1.

¹⁰⁸ SILVA, op. cit., p. 90.

As relações com o Paraguai também foram marcadas por muitas dificuldades, porém culminaram na Ata das Cataratas, assinada em 22 de junho de 1966. Desde o governo de Goulart, o Brasil procurava construir uma usina hidrelétrica na região do Rio Paraná. Com as boas relações com os EUA, os capitais necessários à construção voltaram a entrar em quantidade suficiente.

A iniciativa causava apreensão e desconfianças tanto por parte do governo paraguaio, como dos jornais daquele país que chamavam o Brasil de subimperialista e “bandeirante”¹⁰⁹. A situação brasileira no Paraguai só piorou quando, em outubro de 1965, tropas brasileiras prenderam personalidades paraguaias e se concentraram na fronteira entre os dois países. O incidente reacendeu a vontade paraguaia de discutir as fronteiras com o Brasil.

Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), criado em junho de 1964, e teórico de geopolítica foi enviado a fim de solucionar o impasse. A preocupação com geopolítica era clara na região, a qual o Brasil considerava importante já que a Bacia do Prata era área natural de influência brasileira, segundo o próprio Golbery, conhecedor da matéria¹¹⁰. O Brasil aceitou incluir o Paraguai na questão da gestão dos recursos hídricos, o que permitiu maior entendimento entre os dois países.

Porém, estava longe de se constituir um acordo fácil, já que o Paraguai insistia em redefinir as fronteiras no trecho das Sete Quedas, e o chanceler brasileiro manteve-se firme no tratado que definia os limites consagrados¹¹¹.

A ata das Cataratas, fruto do encontro de chanceleres em junho de 1966 expressava:

3) proclamavam a disposição dos seus respectivos governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em parte dos recursos hidrelétricos, pertencentes em condomínio aos dois países; 4) concordaram em estabelecer, desde já, que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis no Rio Paraná e desde inclusive os Saltos das Sete Quedas, ou Salto do Guaíra, até a Foz do Rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que venha a ser utilizada para o suprimentos das necessidades do

¹⁰⁹ Idem, p. 94.

¹¹⁰ COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967, p. 108.

¹¹¹ MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 203.

consumo de outro país. 5) convieram, ainda os dois chanceleres, em participar da reunião de ministros das relações exteriores dos Estados ribeirinhos da Bacia do Prata, a realizar-se em Buenos Aires, a convite do governo argentino, a fim de estudar os problemas comuns da área, com vista a promover pleno aproveitamento dos recursos naturais da região e o seu desenvolvimento econômico, em benefício a prosperidade e bem-estar da população.

Além da chamada “diplomacia das cachoeiras”, que envolveria a Argentina na questão em 1979 com o Acordo Itaipu-Corpus, o Brasil também fez com o Paraguai mais uma obra que resolveria problemas fronteiriços: a Ponte da Amizade.

Construída por meio de dois convênios assinados entre o presidente Castello Branco e o presidente Paraguaio Alfredo Stroessner, Brasil e Paraguai estavam obrigados a construir, em partes iguais, e a conservar e manter a ponte também em partes iguais. A inauguração da ponte ocorreu em 27 de março de 1965, a solenidade foi marcada por declarações de ambos os presidentes afirmando que seria apenas o primeiro passo para uma integração econômica mais profunda¹¹². De fato, essa iniciativa ia ao encontro do Brasil em promover maior integração econômica e física dos países da Bacia do Prata.

Com todos os países da América do Sul, o Brasil teve preocupação muito grande, fruto da chamada “teoria dos círculos concêntricos”, criada e estudada por Golbery do Couto e Silva. Embora atribuído pelo Estado de São Paulo ao chanceler Vasco Leitão da Cunha¹¹³, a teoria dos círculos concêntricos tem forte inspiração geopolítica, sobretudo aquela ensinada na Escola Superior de Guerra (ESG).

A ESG advogava a importância do estudo geográfico para a atuação externa do país desde os anos 1950. De fato, uma série de ensaios e estudos sobre a matéria é reunida no livro *Geopolítica do Brasil*, lançado em 1951. O autor era Golbery do Couto e Silva, representante brasileiro na resolução dos recursos hídricos entre Brasil e Paraguai. O autor define como três os espaços de atuação brasileira, chamando-os de “império brasileiro”, “moldura continental” e

¹¹² CORREIO DA MANHÃ. “Acordo leva Brasil e Paraguai a ponte.” 28.03.1965 , p. 3.

¹¹³ CUNHA, op. cit., p.271.

“mundo além-mar”¹¹⁴. O “império brasileiro” corresponde à linha de ação do Brasil com os vizinhos sul-americanos e era marcado por forte preocupação com a questão da segurança.

Além do chefe do SNI, a influência da ESG no primeiro governo militar pode ser observada por outros integrantes em cargos de primeira linha do governo Castello Branco: Cordeiro de Farias (ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais), Juarez Távora (ministro da Viação), Ernesto Geisel (chefe da Casa Militar), Carlos Meira Mattos e do próprio Castello e dos dois chanceleres, Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães. A influência da chamada Sorbonne¹¹⁵, de fato, orientou o presidente a adotar ações de política externa com forte viés geopolítico.

Para os teóricos da ESG, o Brasil deveria pautar a política externa no chamado binômio segurança e desenvolvimento. As questões relativas à segurança ficariam limitadas ao entorno continental brasileiro. O objetivo era, portanto, impedir a invasão da subversão comunista na América Latina.

De fato, a preocupação com “outras Cubas” era demonstrada em diversos discursos do general Castello Branco. O segundo espaço de ação do governo brasileiro, “a moldura continental”, expande a ação ao continente americano, coincidindo com o segundo círculo concêntrico. Fala-se disso a partir de agora.

¹¹⁴ COUTO E SILVA, op. cit., p. 108.

¹¹⁵ A ESG tinha esse nome por incluir entre os maiores colaboradores e ex-alunos acadêmicos como Golbery do Couto e Silva. Raymond Aron, professor da Sorbonne na década de 1960, chegou a declarar que nenhuma instituição militar deveria carregar o nome da universidade, pois se tratava de coisas distintas.

2.4. América Latina e a OEA: Preocupação com o Comunismo

As relações do Brasil com o restante da América Latina foram baseadas no “fantasma do comunismo”, especialmente pelo “fantasma cubano”. O Brasil preocupou-se em atuar na Organização dos Estados Americanos (OEA) com o objetivo de fortalecer a segurança continental e evitar que “ideologias estranhas ao continente” pudessem aqui se proliferar. A América Latina é o lugar no qual o discurso brasileiro mais teve tons de Guerra Fria, e as análises acerca da política externa brasileira do período são muito críticas, especialmente pelo que Brasil fez nessa esfera.

Se de fato o objetivo principal dos militares era impedir que o governo João Goulart se voltasse para o lado comunista, inspirado sobretudo em Fidel Castro, parece óbvio que, em termos de política externa, essa justificativa haveria de aparecer em alguma ação. A ruptura com o regime cubano, entretanto, não foi decisão unânime.

O chanceler Vasco Leitão da Cunha, ex-embaixador brasileiro em Cuba, estava reticente quanto ao rompimento com a ilha, embora tivesse afirmado que sofria pressões diárias, desde que assumiu a Pasta das Relações Exteriores¹¹⁶. Cunha foi amplamente a favor do rompimento após o governo cubano dificultar as negociações acerca dos asilados, segundo depoimento prestado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC).

Somente em 13 de Maio de 1964 é que o Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba, a quem acusava de “estar acobertando atividades de propaganda de seus agentes” em território nacional. O chanceler brasileiro chegou a pedir a prisão de um cubano que sabia ser agente da propaganda, pois havia concedido asilo ao mesmo no período em que fora embaixador em Havana¹¹⁷.

O Globo noticiou em junho de 1964, mais de um mês após o rompimento oficial, que o serviço secreto militar havia descoberto uma operação com dinheiro cubano no território

¹¹⁶ Leitão da Cunha afirma que Lacerda telefonava diariamente perguntando quando seria feito o rompimento com Cuba e acusava o chanceler de proteger esse “patife”, referindo-se a Fidel Castro. CUNHA, op. cit., p. 280.

¹¹⁷ Idem, p. 281.

brasileiro¹¹⁸. Segundo a reportagem, o embaixador cubano no Brasil havia pedido 10 milhões de dólares para financiar uma operação que visava implantar no Brasil uma ditadura comunista. A quantia seria repassada para o então deputado Leonel Brizola. Difícil é acreditar que Cuba pudesse investir em qualquer país essa quantia (à época significativa) para trazê-lo para o bloco comunista.

Apesar de fortes pressões por parte de deputados e setores da sociedade, o Brasil rompeu apenas com Cuba, mantendo como normais as relações diplomáticas com todo o bloco soviético. O deputado Osvaldo Zanello (PRP-ES) afirmou que o processo de “cubanização” brasileiro se iniciou quando as relações com a União Soviética foram restabelecidas e pediu a ruptura não só com Cuba, mas também com a URSS. Zanello além de outros deputados iriam reiterar quase diariamente o pedido.

Após o rompimento definitivo, o Brasil tomou outra posição contrária a Cuba, esta agora muito mais simbólica do que a primeira: anulou a outorga da Ordem do Cruzeiro do Sul entregue a Che Guevara por Jânio Quadros, em 19 de agosto de 1961. Alegando motivos de inconveniência política, o deputado João Calmon, membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado, alegou que havia um erro jurídico na outorga. Segundo ele, a Ordem do Cruzeiro do Sul não tem grã-cruz e sim grande colar.

Os demais países do continente, especialmente os periódicos considerados conservadores, receberam com bons olhos o rompimento do Brasil com Cuba, segundo matéria de *O Estado de S.Paulo*. Diz o jornal que a imprensa continental aplaudia o rompimento. Cita reportagens do *La Prensa* peruano, *El Mercurio* chileno e *El Plata* uruguaio.

Durante todo o governo de Castello Branco, a preocupação com Cuba iria se mostrar persistente, tendo em vista a insistência do Brasil na criação de uma força permanente de paz no âmbito da OEA.

É justamente na OEA que o Brasil mais atuou com relação a política externa na América Latina, em detrimento de relações bilaterais com cada um dos países do bloco. A II Conferência Interamericana Extraordinária (CIE) estava marcada para novembro de 1965, no Rio de Janeiro,

¹¹⁸ O GLOBO. “O serviço secreto descobre trama internacional para implantar ditadura comunista no Brasil.” 18.06.1964, p. 1.

embora muitos países pedissem o adiamento por descontentamento com a publicação do AI-2, que extinguiu partidos políticos em 27 de outubro do mesmo ano.

Os protestos não surtiram efeito, e a conferência aconteceu normalmente. A importância da II CIE é que ela pretendia fazer várias modificações na carta da OEA. De fato, o Brasil já vinha propondo mudanças desde abril de 1964¹¹⁹. Coube ao presidente Castello Branco, anfitrião da conferência, abri-la, com o discurso inaugural, onde estavam todos os países membros da OEA, com exceção da Venezuela, que boicotara a conferência dias antes por ainda estar sem relações diplomáticas com o Brasil.

No discurso de abertura, Castello rebate as críticas dos países e diz que “não precisamos de lições de democracia”. Afirma que a OEA haveria de se ajustar aos novos tempos e que para isso era necessária a reforma da carta. Castello vai mais fundo ao dizer que “o sistema interamericano precisa reconsiderar sua organização e essência”

Castello defende também a criação da Força Interamericana de Paz Permanente (FIP), tendo em vista o perigo externo e interno e as “formas sutis de agressão, como a subversão”¹²⁰. Para os países latino-americanos, a FIP provocaria maior intervenção norte-americana em assuntos domésticos; e o Brasil, por outro lado, achava que ao participar das decisões dessa nova força permanente os países poderiam contrabalançar o intervencionismo americano¹²¹. Os países mais contrários à ideia foram Chile e Argentina.

A II CIE teve importância capital na questão dos direitos humanos. Foi nela que se prepararam as bases para o Pacto de San José da Costa Rica criado em 1969 e somente assinado pelo Brasil em 1992. Houve também oito projetos de solução pacífica de controvérsias, um de autoria brasileira.

A II CIE aprovou a proposta brasileira da criação de um Conselho Interamericano de Paz que se propunha a resolver os conflitos de forma pacífica, sem precisar de forças coercitivas. Como a FIP estava fora da pauta por motivos políticos, o Brasil entendeu que os países latino-americanos não poderiam ficar sem um órgão para resolver conflitos.

¹¹⁹ JORNAL DO BRASIL. “Brasil proporá nova reunião para reformular Carta da OEA.” 16.04.1965, p. 9.

¹²⁰ DULLES, op. cit., p. 164.

¹²¹ VIANA FILHO, op. cit., p. 435.

A maneira de reformular a carta e “dar-lhe mais elasticidade”, segundo Vasco Leitão da Cunha, seria a criação de um conselho permanente da OEA, assim como a separação de assuntos por três conselhos específicos: político, administrativo e econômico. O Brasil também procurava maior rodízio na chefia da Secretaria-Geral¹²².

Porém, a principal bandeira brasileira não pôde nem ser colocada em pauta: a criação da FIP. Outros chanceleres pediram e o Brasil não colocou na pauta o assunto, frustrando assim os governos brasileiro e americano, os mais interessados na questão. O presidente Lyndon Johnson e o secretário de Estado Dean Rusk desistiram da ideia da FIP antes da reunião no Rio de Janeiro, pois seria difícil encontrar uma fórmula de consenso entre os países da região.

Outro produto interessante da II CIE foi a Ata Econômico-Social, que dizia que a segurança política do continente dependia do desenvolvimento econômico. Além dessa declaração, a Ata propunha a criação de uma integração americana até o prazo de 1985, o que acabou não acontecendo.

Além de ter sido realizada no Rio, primeiro grande evento no Brasil após o golpe, a II CIE permitiu ao Brasil expor a política externa de forma mais ostensiva, seja por meio dos discursos de abertura e encerramento, seja pela maneira como o país se comportou nas mais diversas comissões. Além disso, a II CIE foi a oportunidade necessária para que os países latino-americanos se preparassem para reformar de fato a carta da OEA, o que só foi feito em Buenos Aires durante a III CIE, no final do governo Castello Branco, em fevereiro de 1967.

Ocorrida já num período de transição para o Brasil, a III CIE realizada em Buenos Aires foi significativa para a OEA e reformou a carta em alguns aspectos importantes: da reunião foi assinado o Protocolo de Buenos Aires, ratificado pelo Brasil em 03 de abril de 1968, já no governo Costa e Silva.

A III CIE foi marcada, além da reforma da Carta, por temas polêmicos e delicados. Uma das questões apresentadas pelos EUA foi o desarmamento da América Latina. A delegação americana procurava barganhar com os países da região maior desarmamento em troca de mais ajuda econômica¹²³.

¹²² CUNHA, op. cit., p. 292.

¹²³ O GLOBO. “OEA inicia amanhã reunião interamericana.”14.02.1967, p. 10.

Isso era bom para os EUA por dois lados: de um diminuiria a quantidade de armas que um eventual golpe comunista pudesse adquirir. Por outro lado, os países da região ficariam obrigatoriamente sob o guarda-chuva militar norte-americano mais diretamente. Os EUA ainda viam, como de fato era, a América Latina como zona altamente instável politicamente.

Outra medida polêmica se referia à decisão de tornar efetivas imediatamente todas as modificações da III CIE logo após assinadas. Isso contrariava as regras da organização, que previa que, somente após dois terços dos países terem ratificado internamente o tratado, ele poderia entrar em vigor.

Normalmente, a Conferência de Buenos Aires deveria homologar pacificamente o que ficou decidido na Reunião Preparatória do Panamá, onde foram acertadas as modificações inadiáveis da carta da OEA. Porém, alguns pontos causaram discussões acaloradas. Uma delas foi a escolha de sedes das Asembleias-Gerais (AGs).

Por esse motivo, a carta traz o seguinte artigo:

La Asamblea general se reunirá anualmente en la época que determine el reglamento y en la sede seleccionada conforme al principio de rotación. En cada período ordinario de sesiones se determinará, de acuerdo con el reglamento, la fecha y sede del siguiente período ordinario. Si por cualquier motivo la Asamblea general no pudiere celebrarse en la sede escogida, se reunirá en la Secretaría general, sin perjuicio de que si alguno de los Estados Miembros ofreciere oportunamente sede en su territorio, el Consejo Permanente de la Organización pueda acordar que la Asamblea general se reúna en dicha sede¹²⁴.

Já prevendo o problema da escolha das sedes, o Protocolo de Buenos Aires determinou que a reunião, caso houvesse impedimento na sede escolhida, aconteceria na Secretaria-Geral.

¹²⁴ Protocolo de Buenos Aires. Disponível em <http://www.oas.org/dil/esp/tratados_B-31_Protocolo_de_Buenos_Aires.htm>. Acesso em 08.01.2010.

Outro tema de grande importância e de muita controvérsia foi ainda a questão da criação da FIP. Apesar de os EUA já ter abandonado a ideia alguns anos antes na II CIE no Rio de Janeiro, o Brasil acreditava ser possível criar esse mecanismo de segurança coletiva. Somente no início de 1967, o Brasil percebeu que a FIP não teria êxito, pelo menos não da forma concebida¹²⁵.

Evitando o desgaste político que já vinha sofrendo, o Brasil procurou modificar a proposta e torná-la mais “agradável” aos países latino-americanos.

Na III CIE, a Argentina propôs a criação de um Comitê Consultivo de Defesa no âmbito da OEA. A iniciativa teve apoio dos EUA e do Brasil, na figura do chanceler Juracy Magalhães.

A proposta não era a mesma que a da FIP, porém ia ao encontro da visão brasileira de reforçar o sistema de defesa interamericano.

A proposta sofreu forte resistência chilena e mexicana e acabou sendo derrotada por onze votos contra seis a favor e duas abstenções. Contrariada, a Argentina assinou o Protocolo de Buenos Aires com a seguinte ressalva:

Al firmar el presente Protocolo la República Argentina ratifica su firme convicción de que las reformas introducidas a la Carta de la OEA no cubren debidamente todas las necesidades de la Organización ya que su instrumento fundamental debe contener además de las normas orgánicas, económicas, sociales y culturales, las disposiciones indispensables que hagan efectivo el sistema de seguridad del Continente¹²⁶.

Apesar dessas diferenças em termos de segurança continental, a III CIE introduziu mudanças importantes na carta da OEA. Uma das grandes preocupações era a falta de uma reunião anual, o que foi introduzido no artigo citado acima.

¹²⁵ SILVA, op. cit., p. 85.

¹²⁶ Retirado do Protocolo de Buenos Aires, no original em espanhol.

Criaram-se também dois novos conselhos: o Econômico e Social e o da Educação e Cultura. Uma série de artigos também fala sobre justiça social, estímulo ao desenvolvimento econômico e solidariedade continental.

Muito embora, a principal bandeira brasileira, a criação da FIP, no plano da América Latina não tenha seguido em frente, o Brasil mostrou ser um país importante e preocupado com a defesa continental.

Alguns países, como o Chile e o México, apresentaram reservas na tentativa brasileira como, perante seus olhos, de aumentar o intervencionismo norte-americano.

Silva e Vizzentini creditam essa tentativa brasileira, entre outras, à execução de uma política “subimperialista” na região. Tal juízo é reforçado pela atuação brasileira na República Dominicana, muito criticada por analistas em política exterior do Brasil¹²⁷.

Vizentini ainda diz que a postura brasileira na “intervenção” da República Dominicana causou reserva em relação ao Brasil nos países latino-americanos. Estaria aí, talvez, a grande preocupação de aceitar uma criação de uma FIP na região. Analisar-se-á agora a ação brasileira na República Dominicana.

¹²⁷ CERVO, Amado, op. cit.; VIZENTINI, Paulo, op. cit., p. 44. O autor é orientador de André Silva na dissertação que deu origem à obra *A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento*.

2.5. A Missão na República Dominicana: Preocupação com o Comunismo ou Busca por Prestígio Político?

No dia 18 de maio de 1965, A Comissão de Justiça da Câmara aprovou por 16 votos a 12 o envio de tropas brasileiras à República Dominicana, a fim de integrar o contingente da Força Interamericana sob o comando da OEA. Quais os motivos levaram o Brasil a participar de empreendimento tão arriscado?

O cenário político dominicano encontrava-se altamente conturbado, tendo em vista as eleições marcadas para o mês de setembro de 1965, para a sucessão de governo oriundo de um golpe militar. Embora, a campanha eleitoral só tivesse início em junho, os partidos políticos já começavam as manifestações.

Quem governava o país era um triunvirato, instalado após derrubar o professor Juan Bosch, eleito em 1961. O presidente do triunvirato, doutor Donald. J. Reid Cabral, era acusado, pelos outros partidos, de querer perpetuar-se no poder. O Partido Liberal Evolucionista (PLE) afirmou que o presidente estava causando intranquilidade no país com a tendência ao cesarismo e autoculto¹²⁸.

Outros partidos menores se movimentavam e também criticavam a tentativa do triunvirato de permanecer no poder, na figura do presidente. Alegavam que a volta à normalidade constitucional era passo importante para o país. O Partido da União Cívica Nacional (UCN) afirmou que não seria o doutor Cabral o candidato da legenda às eleições presidenciais, mas sim um escolhido pela convenção nacional. A declaração, em vez de causar tranquilidade, aumentou ainda mais as tensões no país.

Os dois dirigentes dos maiores partidos políticos encontravam-se em exílio, eram eles Juan Bosch, presidente do Partido Revolucionário Dominicano, e Joaquín Balaguer, membro do

¹²⁸ Relatório mensal da Embaixada Brasileira em São Domingos. 09.04.1965.

Partido Reformista. Estavam proibidos de entrar no país e, por isso, de concorrer às eleições de setembro.

A chamada crise na República Dominicana começou em 24 de abril de 1965, quando um novo golpe militar tentou fazer retornar à Presidência o ex-presidente Juan Bosch, depondo a junta militar que estava governando o país desde o golpe que o destituiu, em 1963. Bosch era acusado pelos EUA de ser comunista.

Essa foi, inclusive, a principal alegação do embaixador Itinerante dos EUA Averil Harrimann, que visitou o Brasil e expôs ao presidente Castello Branco, no dia 3 de maio de 1965, os motivos da intervenção norte-americana na República Dominicana.

A preocupação de que a República Dominicana pudesse seguir os passos de Cuba era monitorada também pelo governo brasileiro. O então embaixador do Brasil em São Domingos enviou um telegrama à Secretaria de Estado das Relações Exteriores em 08 de abril de 1965, dias antes da restituição de Bosch, no qual relatava a visita da irmã de Fidel Castro, Juanita, à República Dominicana:

Segundo afirmou, a República Dominicana faz parte dos planos de Fidel Castro para a expansão do comunismo. Cita 38 nomes de comunistas notórios que se encontram combatendo nas fileiras de Camaño e declara ter provas de que Cuba faz chegar às mãos dos “rebeldes” certas quantidades de armas e de munições¹²⁹.

Ouro Preto continua a explicar a situação na República Dominicana e dá uma aula de história e ciência política:

¹²⁹Telegrama secreto enviado pela Embaixada Brasileira em São Domingos. 08.05.1965, nº. 98/600, p. 7.

(...) Várias vezes entrei na zona dita rebelde para transmitir telegramas a Vossa Excelência, pois o serviço de mensageiros foi suspenso no início da revolução e os telefones não funcionam. Tive, portanto, ocasião de entrar em contato e de conversar com alguns partidários de Bosh e de Camaño. O movimento ‘constitucionalista’, Senhor Ministro, é essencialmente popular e todos os movimentos populares são explorados pelos marxistas, desde a fundação da I Internacional em 1866.

Pelo simples fato de o movimento conter elementos populares, o embaixador brasileiro em São Domingos classificou-o de comunista. Embora, mais adiante, alegue que “não acredita que o movimento seja liderado por comunistas e que Bosh não é nem nunca foi comunista”. Apesar da preocupação do governo brasileiro com as declarações de Juanita Castro, o embaixador Ouro Preto diz que, apesar de haver elementos comunistas nas fileiras de Bosh, ele não é comunista. Portanto, a alegação americana de que um regime comunista se instalaria em São Domingos não parece ser o principal motivo da entrada brasileira na operação.

Em 28 de abril, os EUA enviam um contingente de 400 fuzileiros navais alegando que havia grande deterioração da ordem pública no país e que precisava retirar cidadãos norte-americanos de lá, tendo em vista que o próprio governo local não havia dado garantias à população civil. Após essa primeira incursão americana, constatou-se, segundo informações americanas, que havia a presença de “comunistas famosos” nas fileiras do movimento “constitucionalista”¹³⁰.

Posteriormente, o número de soldados americanos chegaria a 14.000 em poucos dias. Com a justificativa de retirar 3.000 pessoas¹³¹, os EUA enviaram quase cinco vezes esse número em tropas. A justificativa parece cair em outro motivo.

Segundo os telegramas da embaixada brasileira na República Dominicana, o problema residia em saber qual a influência real dos comunistas no movimento de Bosch, já que nem os EUA o acusam de ser realmente comunista, apenas de deixar que lideranças comunistas adentrassem as fileiras de seu movimento revolucionário.

¹³⁰ Telegrama confidencial da Embaixada Brasileira de São Domingos. DAC/DEA/DAS 600. 24j, 07.05.1965.

¹³¹ Telegrama nº. 124/600. Embaixada Brasileira em São Domingos. 11.05.1965.

O relatório da embaixada brasileira em São Domingos diz que os revolucionários transformaram o centro da cidade em um tremendo caos, abrigando comunistas e criminosos. Alega ainda que os partidários de Bosh “passam o tempo todo a profanar, estuprar e torturar” dentro dos prédios ocupados.

As tropas americanas enviadas a São Domingos mais tarde incorporaram-se às tropas da OEA, que chamou para si a solução do conflito. Thomas Mann, subsecretário de Estado norte-americano, comunicou oficialmente a decisão em 18 de maio de 1965, enquanto as tropas interamericanas estavam sendo preparadas para ir à República Dominicana¹³².

Em face da situação de extrema desordem e luta entre facções políticas e militares reinante na República Dominicana desde o início do ano de 1965, agravada ameaçadoramente nos meses de abril e maio, a AG da OEA decidiu convocar uma reunião de consultas entre os países-membros. A reunião, por resolução de 6 de maio daquele ano, decidiu criar uma força interamericana com a missão de:

- 1) restabelecer a ordem na república;
- 2) restaurar a paz;
- 3) no mais curto prazo promover a realização de eleições livres e estabelecer o regime democrático no país.

A FIP foi constituída por efetivos militares do Brasil, Estados Unidos, Nicarágua, Honduras, Paraguai e Costa Rica. O Comando da FIP foi exercido sucessivamente pelos generais de Exército brasileiro Hugo Panasco Alvim e Álvaro da Silva Braga.

Essa era a ideia do Brasil desde o início da crise: de que a OEA era o foro para debater a questão da República Dominicana. O governo brasileiro chegou a rejeitar um convite da Argentina para debater, com outros países, a situação no país caribenho. Para o ministro Roberto Campos, a participação brasileira traria “sentido de corresponsabilidade ao sistema

¹³² O GLOBO. “À disposição da OEA as forças americanas em São Domingos”, 18.05.1965, p. 1.

americano” e daria autoridade ao Brasil “para exigir consulta prévia em qualquer outra intervenção no continente”¹³³.

Para o Brasil, também importavam dois outros motivos: o fato de a República Dominicana ter pedido ajuda norte-americana em uma questão doméstica e de que os países da OEA aprovaram o envio de tropas¹³⁴.

O primeiro motivo era porque o Brasil acreditava que estava ajudando um país-irmão, dentro do hemisfério ocidental, a restabelecer a ordem e voltar a uma situação mais tranquila em todo o território nacional. O país estava ciente da desordem em São Domingos, graças aos relatórios periódicos de sua embaixada. Em um primeiro momento, o Brasil chegou a retirar todos os funcionários da embaixada e enviá-los a Porto Rico.

O segundo motivo, de acordo com o chanceler Vasco Leitão da Cunha, era o de que se a Carta da OEA previa que se a maioria dos países aprovasse uma ação militar em São Domingos, a mesma não poderia ser classificada como intervenção e deveria ser chamada de ação coletiva. Para o ministro Vasco, os EUA pediram ajuda à OEA não para legitimar uma situação de fato, mas sim porque careciam do apoio latino-americano.

O Brasil via a situação na República Dominicana como uma forma de poder demonstrar à América Latina a importância para o continente. De acordo com os relatórios da Embaixada em São Domingos, o Brasil não via os partidários de Camanõ como comunistas, embora houvesse indícios de que alguma parte de seus correligionários era de fato comunista.

O Brasil acabou enviando 1.500 soldados contra os 20.000 dos EUA. Ainda assim, a liderança militar da operação ficou por conta de generais brasileiros. É evidente que essa foi uma decisão política dos EUA, Vasco também a admite¹³⁵.

Assim como hoje é a situação no Haiti, logo se percebeu que, apesar de no início o governo dominicano chamar pela atuação da FIP, a presença das tropas brasileiras tornou-se indesejada.

¹³³ FICO, op. cit., p. 157.

¹³⁴ CUNHA, op. cit., p. 289.

¹³⁵ Ibidem.

De acordo com a Embaixada brasileira, apenas três meses depois, em julho de 1965, as tropas interamericanas já não eram tão bem vistas:

O cansaço da população civil após três meses de revolução poderá ser fator de pressão favorável à composição do Governo provisório. É contudo fator negativo quanto à posição da FIP. Os americanos, acolhidos de braços abertos, vêm sendo responsabilizados e a população que considera normal que os imóveis sejam ocupados pelas tropas caamanistas, já reclama a evacuação daqueles onde existem tropas da FIP¹³⁶.

As informações são a de que publicamente Camaño ataca a FIP e o faz, particularmente, na figura do seu chefe, o general Panasco Alvim. Embora, declara em caráter privado que a partida da FIP seria calamitosa para o futuro do país. Essa é a conclusão do relatório enviado ao Brasil: o de que um embarque de volta das tropas interamericanas seria o recomeço de uma guerra civil no território dominicano.

Em agosto, o antigo ministro das Relações Exteriores de Bosch tornou-se presidente provisório e, no ano seguinte, em junho de 1966, foi eleito para o cargo o antigo vice-presidente do ditador Rafael Trujillo, Joaquim Balaguer. Em setembro do mesmo ano, as tropas foram retiradas.

Analisando a documentação da Embaixada brasileira em São Domingos, assim como as memórias daqueles que participaram desse período do governo brasileiro em posições de comando, parece-nos reducionista classificar a ação brasileira na República Dominicana apenas como um ato de subordinação aos interesses norte-americanos¹³⁷.

O governo brasileiro viu na crise da República Dominicana uma maneira de aumentar a influência no continente americano, ao participar juntamente com outros países de uma missão

¹³⁶ Telegrama Confidencial da Embaixada Brasileira em São Domingos. AC/DEA/DAS/DAM/DNU/600.(24j). 27.07.1965, p. 1.

¹³⁷ VIZENTINI, op. cit., p. 45.

cujo objetivo era pacificar o país e prepará-lo para a sucessão presidencial, conforme atesta o mandato da OEA.

Além disso, para algumas autoridades brasileiras, como o ministro Milton Campos e o chanceler Vasco Leitão da Cunha, o Brasil se posicionou de modo a trazer a OEA para a questão a fim de criar um antecedente e evitar que novas intervenções fossem feitas sem consultas a esta organização.

O governo brasileiro participou com intensidade e desde os primeiros momentos na República Dominicana, pois desejava ter o controle da missão. Temia inclusive que fosse entregue a outro país, como a Venezuela.¹³⁸

Não acreditava que estava combatendo o comunismo, mas sim estava ciente de que a participação iria trazer maior prestígio entre americanos e latino-americanos. Ainda, acreditava que dessa maneira poderia “controlar” os impulsos americanos de intervenção no continente. Essa foi a principal justificativa apresentada por Vasco Leitão da Cunha quando indagado sobre a Força Permanente de Paz¹³⁹.

¹³⁸ FICO, op. cit., p. 157.

¹³⁹ CUNHA, op. cit., p. 290.

CAPÍTULO III – A POLÍTICA EXTERNA EXTRACONTINENTAL

3.1. Europa: a Cordialidade Distante

As relações com o continente europeu foram marcadas pela cordialidade, assim como pelo distanciamento. Silva relata que a Europa era o continente distante¹⁴⁰. A Europa sofreu um relativo recuo em relação à preocupação e aumento de relações diplomáticas que o Brasil praticou com o continente americano. Ainda assim, o Brasil conseguiu, no campo econômico, um reescalonamento da dívida externa com os credores daquele continente, especialmente com relação aos membros do Clube de Haia.

Tal reescalonamento era um objetivo do novo governo e foi realizado em junho de 1964, meses após o golpe. A redução resultante do acordo permitiu ao novo governo diminuir em 149,9 milhões de dólares os pagamentos devidos em 1964 e 1965.

Neste capítulo, procuram-se analisar as relações bilaterais do Brasil de Castello Branco com os três maiores países (em termos de importância política e econômica para o Brasil) europeus do período: França, República Federal da Alemanha (RFA) e Portugal. Os dois primeiros são mostrados pela potência econômica e política e sobretudo pelas visitas de seu chefe de Estado no período. Portugal, sempre importante para o Brasil, é estudado a fim de analisar o recuo estratégico do governo Castello Branco em relação à questão da independência das colônias portuguesas na África.

Com a França, o Brasil mantinha uma relação desgastada desde o episódio conhecido como a Guerra da Lagosta, que havia começado em 1962. Uma flotilha brasileira aprisionou

¹⁴⁰ SILVA, op. cit., p. 97.

dois barcos pesqueiros franceses alegando que os mesmos haviam invadido o mar territorial brasileiro. No episódio, a França chegou a enviar um navio de guerra para proteger os barcos franceses.

Após meses de negociação, o governo brasileiro de João Goulart havia feito um convite ao então presidente francês, Charles de Gaulle, para visitar o país, em 1964. Antes, o *agreement* do embaixador Vasco Leitão da Cunha havia sido negado pelo governo francês. Vasco havia sido indicado embaixador na França tempos antes.

Além disso, o presidente francês causou mal-estar ao pronunciar a famosa frase de que o “Brasil não é um país sério”. A má vontade do mandatário francês continuou com o novo governo instalado em março de 1964. Para de Gaulle, o Brasil seria mais uma ditadura latino-americana.

A intolerância e preconceito de De Gaulle são demonstradas no livro de Élio Gaspari, em que relata a anedota de que o francês havia perguntado a Castello como era a vida de um ditador latino-americano, a que o brasileiro teria respondido que não sabia, pois não pertencia a esse grupo, e rebateu perguntando como se sentiam os ditadores franceses, numa alusão à perpetuação do ex-general em permanecer no poder.

As declarações desagradáveis não pararam por aí. Em 4 de abril de 1964, o ministro das Relações Exteriores da França, Maurice de Murville, afirmou que seu país não se havia surpreendido com o golpe que acabara de ocorrer no Brasil, tendo em vista que: “O Brasil não teve ainda sua grande revolução”. Afirmou também que a França não procuraria competir diretamente com os Estados Unidos pela influência na América Latina, afirmando que tal influência era exercida por vínculos múltiplos¹⁴¹. A resposta viria logo em seguida pelo governador do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda visitou, oficialmente, várias regiões entre maio e junho de 1964, com a missão de esclarecer os objetivos do golpe, assim como tranquilizar os países mundo afora de que o Brasil honraria os compromissos internacionais – em viagem pela Europa que incluiu, além da França, visitas a Inglaterra, Itália, Grécia, Alemanha e Portugal.

¹⁴¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “França não competirá com EUA na América Latina.” Porto Alegre, 05.04.1964, p. 2.

Na França, o governador deu outra declaração inamistosa, desta vez por parte de autoridades brasileiras. Em referência à reunião francesa que dias antes havia ocorrido e em que o então ministro do Interior francês declarara que “mais uma vez o Brasil resolveu suas crises sem derramamento de sangue”, Lacerda disse que, “no Brasil, as revoluções eram assim, tal qual os casamentos na França: sem sangue”.

Apesar desse clima de hostilidade e desconfiança, a visita de Charles de Gaulle ao Brasil ocorreu em outubro de 1964, muito embora o cerimonial francês ter produzido dois itinerários pela América do Sul. Um incluía o Brasil, o outro não¹⁴².

Dias antes da chegada de De Gaulle, Vasco Leitão da Cunha havia declarado ao *Jornal do Brasil* que a “amizade com a França fortalecerá a política externa brasileira”. O ministro das Relações Exteriores diz ainda que, “por certo, temos interesses vitais de natureza regional, no sentido norte e sul do hemisfério que traduzem nossa invariável vocação pan-americana, mas a essência de nossa política externa não se esgotaria dentro de um esquema regionalista”.¹⁴³

A visita do general de Gaulle aconteceu sem maiores transtornos, porém evidenciou as distinções entre os dois países. A França encarava o Brasil como mais uma república latino-americana, instável e sujeita a golpes de esquerda e de direita. De Gaulle via Castello Branco como um ditador e não como alguém que havia chegado ao poder para estabilizar o país e impedir a “ditadura comunista”, visão que Castello tinha de si.

Apesar disso, algumas declarações foram favoráveis ao Brasil, a quem a França procurava, apesar de tudo, influenciar, evitando assim a liderança dos EUA no continente americano. A aspiração francesa era a de se oferecer como alternativa ante a intromissão americana. Em visita à Escola do Estado-Maior do Exército, De Gaulle declarou que “O Brasil será um elemento vital em um conflito que somos obrigados a imaginar”.¹⁴⁴

A França gaullista buscava implantar o conceito de terceira força, e a viagem do presidente francês aos países latino-americanos foi fruto dessa aspiração. O Brasil procurava manter-se longe dessa ideia francesa, que considerava ultrapassada e carregada de vícios de uma ex-potência colonialista.

¹⁴² SILVA, op. cit., p. 98.

¹⁴³ JORNAL DO BRASIL. “Amizade com França reforça política externa, diz Vasco”, 11.10.1964, p. 3.

¹⁴⁴ JORNAL DO BRASIL. “De Gaulle acha o Brasil importante numa Terceira Guerra Mundial”, 16.10.1964.

O nacionalismo hegemônico do gaullismo inspirava receio ante a opinião pública brasileira, conforme demonstrada no editorial do *Jornal do Brasil* de 13.10.1964 ao dizer que “é uma manifestação que tresanda rancor colonialista, e transpira o desejo de preservar a hegemonia sobre os nativos de lá de baixo e que hoje ocupam posição de destaque na ONU”¹⁴⁵.

A diferente visão dos dois países era também no sentido de que papel o Brasil desempenharia diante dos Estados Unidos. A França aplaudia o Chile, que, a seu modo, praticava uma política externa de independência com relação aos EUA. A visão francesa para o Brasil era menos honrosa.

Para Vasco Leitão da Cunha, a visão francesa continha dois erros de análise: primeiro, o Chile não estava desempenhando uma política de independência em relação aos EUA, pois sua economia estava atrelada aos interesses norte-americanos, e segundo, o Brasil tinha uma política de respeito mútuo, não de subordinação aos americanos.

Se, por um lado, as relações com a França parecem ter sido desgastantes e tumultuadas, com a Alemanha Ocidental o Brasil manteve melhor entendimento após a instauração do novo governo. A RFA não via com bons olhos a aproximação brasileira com os países socialistas, praticada pela PEI. Portanto, fontes diplomáticas brasileiras relatavam que a Alemanha havia recebido favoravelmente a deposição de João Goulart.

De fato, logo no início de maio de 1964, o presidente da RFA, Heinrich Lübke, visitou o Brasil no que seria a primeira visita oficial de um chefe de Estado após o golpe de 31 de março de 1964. Além da importância do fato diplomático, Lübke veio tratar de assuntos econômicos importantes, como o reescalonamento da dívida brasileira, que aconteceu logo após as negociações com os credores do Clube de Haia, em agosto de 1964.

Acompanhada de quarenta jornalistas alemães, a visita do presidente Lübke foi de grande importância para o governo brasileiro¹⁴⁶, tendo em vista a repercussão que geraria na Europa. Seria o primeiro cartão de visita do presidente Castello Branco e ministros. A importância da Alemanha para o Brasil era grande, principalmente em termos econômicos.

¹⁴⁵JORNAL DO BRASIL. *Brasil e De Gaulle*. 13.10.1964.

¹⁴⁶JORNAL DO BRASIL. “Presidente alemão chegará na quinta-feira e é o primeiro que vem depois da revolução”, 01.05.1964, p. 3.

Além do apoio implícito ao novo governo por meio da primeira visita de um presidente após o golpe, assim como a renegociação da dívida, a vinda do presidente alemão permitiu que os dois países assinassem em julho de 1965 um acordo teuto-brasileiro, mediante o qual seriam aplicados, no Brasil, recursos no total de 200 milhões de marcos. Apesar de o acordo ter sido negociado desde 1961 e assinado em 1963, encontrava-se congelado até então.

A primeira parte dos recursos veio em julho de 1965, quando foram assinados, na Alemanha, quatro convênios para financiamento de projetos brasileiros, nos termos de um protocolo firmado entre o Brasil e aquele país. O volume da primeira parte era de 60 milhões de marcos, equivalentes a 30 bilhões de cruzeiros, destinando-se 7 bilhões à compra de material produzido pela indústria brasileira.

Entretanto, há de ressaltar que no discurso na AG da ONU, Vasco Leitão mencionou que o princípio da autodeterminação dos povos deveria ser estendido à Alemanha Oriental, contrariando a posição adotada pelos alemães ocidentais. Tal declaração, entretanto, não chegou a criar nenhum tipo de desentendimento entre os dois países, que mantiveram boas relações durante todo o período do governo Castello Branco.

Com relação a Portugal, o Brasil procurou equilibrar os laços de amizade que tinha com a antiga metrópole, assim como aumentar a influência na África portuguesa. A questão da descolonização foi um tema delicado. O Brasil apresenta aqui um claro recuo em relação à PEI, em que o tema descolonização era discutido com menos constrangimentos.

Porém, desde aquela época, o Brasil vivia uma situação de ambiguidade com relação ao tema. O comportamento brasileiro nesse assunto pode ser visto estudando com detalhes o padrão de voto brasileiro no período, conforme Selcher¹⁴⁷. Segundo o autor, há uma mudança no voto brasileiro com relação à descolonização.

Em setembro de 1966, o chanceler Juracy Magalhães esteve em Lisboa e se encontrou com o primeiro-ministro Antonio Salazar. O chanceler português, Franco Nogueira, procurou pressionar o governo brasileiro a fim de receber pelo menos apoio moral na luta contra os rebeldes angolanos, tendo em vista que havia indícios de que recebessem apoio comunista.

¹⁴⁷ SELCHER, op. cit.

Nogueira ainda afirmou que na África portuguesa “nossos interesses comuns são espirituais, materiais e inclusive de defesa”.

Mesmo buscando manter discrição quanto à descolonização das colônias portuguesas da África, Juracy Magalhães foi forçado a assumir compromissos no campo político. No dia 7 de setembro de 1966, por ocasião da celebração da Independência do Brasil, Juracy disse que o país iria apoiar, na ONU, a política africana de Portugal, declarando que “estamos interessados no desenvolvimento de uma cultura ocidental e democrática na África e esta é a maneira que os Portugueses vêm agindo ali há quatro séculos”.

A declaração vai ao encontro do voto brasileiro no período. O Brasil passa a apoiar Portugal e conseqüentemente outras potências colonialistas no tratamento das questões da descolonização. Além do apoio em palavras, o Brasil enviou uma flotilha a Luanda para visitar o país angolano, que se encontrava em guerra de libertação contra Portugal. Esse ato, embora tímido, representou apoio brasileiro a Portugal, tendo em vista que a visita se deu na condição de apoio moral à luta portuguesa na África.

No campo econômico, as relações comerciais entre Brasil e Portugal encontravam-se estagnadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Procurou-se aí eliminar obstáculos e incentivar o comércio entre os dois países. Em setembro de 1966, Brasil e Portugal assinaram três acordos importantes com vista a um amplo acordo que estipularia uma zona de livre comércio. A formação de empresas de capital misto também foi incentivada, sobretudo no campo da mineração e intercâmbio de técnicos.

Para o Brasil, sobretudo para os militares da ESG, a Europa era um continente distante e que não teria atuação destacada por parte da política externa brasileira. Dentro de uma ótica de geopolítica, Golbery do Couto e Silva classificava qualquer extensão de terra para além do continente como mundo além-mar. Por isso, o pragmatismo brasileiro nas questões europeias, sobretudo aquelas relacionadas aos países socialistas.

O Brasil procurava somente comercializar com esses países e não tinha pretensões de nenhum relacionamento mais íntimo¹⁴⁸, até mesmo com países do bloco ocidental europeu. Se, por um lado, com os países socialistas a preocupação era o comércio, com a Europa ocidental o

¹⁴⁸ SILVA, op. cit., p. 107.

Brasil mantinha-se adstrito ao âmbito puramente econômico, procurando boas relações para adiar pagamento de dívidas e renegociar juros e condições desses pagamentos.

3.2. Ásia: O Distanciamento

As relações diplomáticas com a Ásia foram de quase total abandono.¹⁴⁹ A presença brasileira nesse foro foi praticamente inexistente. Do ponto de vista teórico, os círculos concêntricos não incluíam a Ásia; na prática, a ação brasileira seguiu essa orientação teórica e pouco se fez e pouco se atuou nesse continente. Somente algumas questões pontuais foram tratadas.

Um das mais importantes foi acerca dos funcionários chineses expulsos do território brasileiro. Se no restante dos países socialistas permaneceu a lógica das trocas comerciais e a manutenção das relações diplomáticas, com a República Popular da China (RPC) o Brasil apresentou alguns problemas que beiraram a ruptura diplomática.

Para Vizontini, o Brasil manteve com a RPC a mesma relação que com Cuba, países socialistas ainda em fase militante, por isso a tensão entre si. Logo após o golpe, o Brasil acusou nove jornalistas chineses de interferência em assuntos domésticos e ordenou-lhes a prisão ainda em abril de 1964. O Itamaraty disse em carta enviada aos meios de comunicação que os presos estavam sendo acusados de crime contra a Segurança Nacional e se encontravam respondendo a inquérito, daí a impossibilidade de libertação pedida pelo governo Chinês e rapidamente rejeitada pelo Brasil.

¹⁴⁹ VIZENTINI, op. cit, p. 67.

O ministro da Guerra, o general Costa e Silva, declarou em maio que a CGT mandava líderes para ser treinados na China, Rússia e Cuba, exibindo documentos comprobatórios, constantes de cartas enviadas pela CGT a entidades desses países.

A Justiça militar condenou os chineses a dez anos de prisão, admitindo-se, porém, que o presidente Castello Branco poderia conceder-lhes indulto, expulsando-os do país num momento seguinte. Expulsão que somente ocorreu após quase um ano, em fevereiro de 1965.

A relação tensa com a China provocou um desvio de comércio considerável. A RPC passou a comerciar com o México (algodão) e com Cuba (açúcar).¹⁵⁰ Apesar desse estremecimento nas relações entre os dois países e mesmo o Brasil tendo uma boa relação com Formosa, o governo brasileiro acompanhou os demais países sobre o problema chinês nos foros internacionais, pois a China se encontrava afastada das reuniões da Organização Internacional do Comércio (OIC) desde a Revolução Maoista. O Brasil propôs, na ONU, juntamente com Bélgica, Bolívia, Chile, Itália e Trinidad & Tobago, que a AG criasse uma comissão para analisar o caso do ingresso da RPC na organização.

Outro ponto interessante na questão asiática com que o Brasil de Castello Branco teve que lidar foi a Guerra do Vietnã. Conforme já dito, a Ásia nem sequer fazia parte dos círculos concêntricos de Golbery do ponto de vista da segurança brasileira, e qualquer envolvimento do país teria de ser baseado em outra justificativa.

O embaixador brasileiro na Tailândia e Vietnã, Nelson Tabajara de Oliveira, declarou a alguns jornais que era a favor da ida de fuzileiros navais do Brasil para o conflito no sudeste asiático. Como já visto, Tabajara diz que “é uma honra, para qualquer país, participar da luta no Vietnã, ao lado dos EUA”¹⁵¹ Tal declaração lhe custou o cargo alguns dias depois.

Outro defensor da ida de tropas para o conflito foi o contra-almirante Heitor Lopes de Souza, comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Ao ser indagado se o país possuía condições de enviar tropas para o conflito, o comandante não titubeou e disse que “O Brasil tem condição de, no máximo em 48 horas, colocar 2.000 fuzileiros prontos para embarcar”.

¹⁵⁰ VIZENTINI, op. cit, p. 67.

¹⁵¹ JORNAL DO BRASIL. “Embaixador do Brasil é pela ida dos fuzileiros”, 12.03.1965 , p. 2.

Além da destituição do embaixador brasileiro, o governo tratou de desmistificar esse tipo de declaração em um comunicado do Ministério das Relações Exteriores (MRE) de 13.03.1965 que afirmava: “O MRE esclarece que não tem qualquer fundamento referências feitas sobre a possibilidade de envio de tropas brasileiras para a luta que ora se desenvolve no Vietnã.”

O deputado Último de Carvalho (PSD-MG) sintetiza a preocupação brasileira, nos meios políticos, ao declarar que era contrário ao envio de tropas para o Vietnã, pois “tratava-se de mandar gente do nosso sangue, para um lugar longe do País, onde se mata e se morre”.

Além dessas preocupações, a ESG ensinava que o Brasil deveria ater-se à defesa do continente, isto é, do hemisfério ocidental. A preocupação da sociedade e dos políticos, porém, tinha fundamento. Ao mesmo tempo em que declarações como a do embaixador Tabajara e do contra-almirante Lopes de Souza tinham repercussão na imprensa, o ministro da Guerra, general Costa e Silva, encontrava-se em viagem aos EUA.

O motivo oficial da viagem era outro: Costa e Silva havia sido convidado a conhecer fortes militares americanos. Ao voltar dos EUA, o ministro concedeu uma rápida entrevista aos jornalistas que o esperavam em Brasília. Tratou logo de desmistificar a presença em território americano e disse nada saber acerca do Vietnã.

Em entrevista concedida ao CPDOC, Vasco declarou que o presidente Johnson pedia constantemente o envio ao Vietnã de tropas do Brasil,¹⁵² mandando o embaixador Lincoln Gordon enviar as cartas ao presidente Castello Branco.

O ministro era contrário a uma participação direta do Brasil, favorável, por outro lado, por uma manifestação de apoio e envio de ambulâncias e médicos para auxiliar a população local.

Apesar de negar categoricamente que os EUA não haviam pedido tropas ao Brasil¹⁵³, o embaixador Lincoln Gordon diz em entrevista que era contrário ao envolvimento de tropas

¹⁵² CUNHA, op. cit., p. 290.

¹⁵³ JORNAL DO BRASIL. “Gordon nega pedido de tropas.” 17.03.1965, p. 2.

latino-americanas no conflito, “pois isso geraria abalos nas relações com esses países”.¹⁵⁴ Gordon achava que esse era o caso do Brasil.

Cumpria, pois, ordens do presidente Johnson, mesmo que contrariado. De fato, Gordon em diversos momentos da entrevista diz ser contrário a muitas das políticas adotadas pelo então presidente americano com relação ao Vietnã.

Além da clara manifestação de solidariedade, o Brasil não enviou tropas para o conflito, limitou-se, sobretudo, a mandar café e medicamentos para os soldados americanos, ainda no ano de 1965. Vasco declarou aos jornais que o Brasil era favorável à paz no Vietnã, porém “desde que seja a favor dos EUA”.

3.3. África: O Retrocesso

O mundo africano surgiu como espaço para a diplomacia brasileira, sobretudo após os movimentos de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial. A emergência dos países do Terceiro Mundo foi acentuada com a Conferência de Bandung, que reuniu, majoritariamente, países africanos e asiáticos recém-descolonizados.

Os governos brasileiros antecessores ao de Castello Branco, sobretudo aqueles influenciados pela PEI, procuraram intensificar a presença brasileira no continente africano e passaram a apoiar a descolonização dos países do continente. O Brasil tinha dois objetivos ao tomar essa posição: um político, outro comercial.

¹⁵⁴ GORDON, Lincoln. *Documentos da Biblioteca Lyndon Johnson*. Tomo referente ao Brasil. Doc. nº. 69-74.

O interesse político do Brasil era o de procurar uma inserção internacional mais autônoma, buscando apoio em países que teriam os mesmos anseios dos nossos, isto é: maior liberdade nas ações internacionais em relação às grandes potências. O objetivo comercial era mais claro. O país procurava novos parceiros para exportar seus produtos. Procurava assim, o Brasil, aumentar seu mercado externo. Tomou decisões semelhantes com a Europa socialista, a quem a ideologia não pareceu afetar as relações comerciais.

Nos anos da PEI, o Brasil inaugurou diversas embaixadas no continente africano e estabeleceu quase de imediato relações diplomáticas com os países que acabavam de conquistar independência. Todavia, o país ainda carregava uma relação ambígua com a África negra, tendo em vista os compromissos e laços de amizade que existiam com Portugal.

É nesse sentido que o Brasil adota uma posição cautelosa ao não apoiar as propostas de Nigéria e Gana, que desejavam punir o regime do *apartheid* praticado na África do Sul.

O Brasil procurou condenar o sistema sul-africano de um modo genérico e acompanhou os votos daqueles que desejavam que a matéria fosse discutida no Conselho de Segurança da ONU.¹⁵⁵ A importância do comércio bilateral pesava nas relações políticas com a África do Sul. Aquele país representava, sozinho, quase 90% do mercado africano para o Brasil. Assim, ficava difícil para o Brasil se desgastar em discussões políticas, enquanto a importância comercial daquele país era acentuada. Pode-se dizer que, com a ascensão de Castello Branco ao poder, a política brasileira africanista sofreu retrocesso, embora não se possa dizer que houve abandono.¹⁵⁶ De fato, o Brasil recebeu a visita do presidente do Senegal, Leopold Senghor, em setembro de 1964, num encontro carregado de ambiguidades.

A visita de Senghor produziu acordos na área cultural e econômica, além da constituição de uma comissão mista para fortalecer o desenvolvimento e o intercâmbio mútuo. O acordo comercial previa tratamento favorável em matéria comercial e aduaneira. Embora a visita tenha acontecido de maneira cordial entre os presidentes, o assunto da África portuguesa mostrou divergências entre os dois países.

¹⁵⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas. Ciências & Letras. Número 21-22, p. 115-172, 1998, p. 148.

¹⁵⁶ Idem, p. 153.

Carlos Lacerda manifestou, em discurso homenageando o presidente Senegalês, que o Brasil não deve confundir o surgimento necessário e alvissareiro das novas nações africanas com a ruptura forçada, imposta de fora para dentro, de Angola e Moçambique com a cultura afro-luso-brasileira, multirracional, útil e até indispensável”¹⁵⁷.

A declaração do governador da Guanabara exemplifica em poucas palavras a ambiguidade brasileira na política africana. De um lado, o Brasil recebe e procura intensificar os laços comerciais e políticos com as novas nações da África, por outro, manifesta solidariedade com Portugal ao declarar que as independências de Angola e Moçambique são diferenciadas e influenciadas por elementos externos, inclusive comunistas.

Ainda na visita de Senghor ao Brasil, Castello Branco diz que “o Brasil é anticolonialista”. Porém, essa declaração veio com uma ressalva:

O anticolonialismo encontra a sua justificativa e recebe a adesão do Brasil quando nele predomina a preocupação de elevar o homem e quando nele se reconhece um meio para o desenvolvimento e de preservação da paz mundial. (...) O Brasil propõe a busca de uma solução ordenada e pacífica, que anule as tutelas e proporcione o diálogo dos iguais, mas assegure, por outro lado, a livre manifestação dos povos, evitando que, a pretexto de libertação, apenas se produza uma troca de submissões.¹⁵⁸

Fica claro que a preocupação brasileira na questão da descolonização era a respeito da interferência soviética no continente. O Brasil via a região do Atlântico Sul como instável e de extrema importância para a questão de segurança. O pensamento geopolítico preocupava-se com a instalação de regimes hostis no território da África. Por isso, a preocupação do governo brasileiro em procurar afastar a intromissão comunista também no continente africano.

¹⁵⁷ JORNAL DO BRASIL. “Lacerda contra ação estrangeira em Angola.” 20.09.1964, p. 5.

¹⁵⁸ JORNAL DO BRASIL. “Brasil é anticolonialista, diz Castello Branco.” 23.09.1964, p. 1.

Quando a descolonização era fruto de entendimentos entre metrópole e colônia, como no caso de algumas ex-colônias francesas e inglesas, a infiltração comunista era reduzida, daí o apoio brasileiro a esse tipo de movimento de libertação negociado.

O problema era que Portugal não cedeu a esse tipo de negociação. O regime salazarista era contrário a qualquer independência de colônias com medo de perda de prestígio político e diminuição do lucro comercial e econômico que as colônias davam aos portugueses. Somente com a Revolução dos Cravos, em 1974, a postura de Portugal com relação a essa questão na África mudou. Isso criou facilidades para que o governo de Ernesto Geisel mudasse a política africanista do Brasil.

3.4 ONU : Preferência pelo Comércio

Passa-se agora a analisar o comportamento do governo Castello Branco no que diz respeito à atuação na Organização das Nações Unidas (ONU). Aqui, o discurso e a prática brasileira parecem dar continuidade àquela adotada no governo anterior. Há uma exceção importante: a descolonização de países do Terceiro Mundo, já citada.

Na I Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, conhecida pela sigla em inglês de UNCTAD, o Brasil atua de forma ativa, tendo Araújo Castro reafirmado a necessidade de reformas no comércio internacional. O Brasil se aliava aos países em desenvolvimento na UNCTAD e no âmbito da conferência participa da criação do Grupo dos

77, G-77, grupo de países em desenvolvimento interessados em coordenar posições em organismos multilaterais¹⁵⁹.

Nesse sentido, a I UNCTAD, que se desenrolava em Genebra no momento em que os militares assumem o poder e para cuja realização o Brasil contribuíra ativamente, é reveladora. Sabe-se atualmente que não houve modificação de instruções do que deveria ser defendido na reunião. E pode-se ir além, para afirmar que a diplomacia econômica não só não foi rompida em abril de 1964, como aprofundada pelo governo Castelo Branco¹⁶⁰. O maior temor dos países em desenvolvimento foi justamente achar que o Brasil poderia mudar suas posições¹⁶¹.

O Brasil foi um dos países que mais se destacaram tanto na promoção da ideia de realização da conferência como na elaboração dos trabalhos preparatórios à reunião que congregou 122 países, além de representações de todos os organismos internacionais com relações diretas ou indiretas com os problemas do comércio internacional. A linha brasileira foi de destacar a necessidade de nova organização internacional de comércio onde os problemas do desenvolvimento recebessem atenção prioritária.

Curioso é constatar que na literatura especializada ainda existam análises superficiais do papel da política externa exercida no governo Castello Branco. Cervo e Bueno (2008) e Vizentini (2003) concordam que houve no período um “passo fora da cadência”. De fato, no tocante à atuação hemisférica, o Brasil adotou comportamento diferente do governo anterior. Nas ONU, por outro lado, o país continuou apoiando as políticas de desenvolvimento defendidas pelos países do Sul. A atuação de Araújo Castro, último chanceler do governo Goulart, como representante brasileiro na I UNCTAD em 1964, indica que há, pelo menos no campo da ONU, certa continuidade na política externa praticada anteriormente.

Pode-se ver que o Brasil não abandonou de completo a busca por desenvolvimento como sugerem alguns autores¹⁶². A preocupação em utilizar a política externa como vetor do desenvolvimento pode ser encontrada também em aspectos bilaterais de incentivo de programas

¹⁵⁹ GARCIA, op. cit., p. 191.

¹⁶⁰ BREDAS DOS SANTOS, Norma. A dimensão multilateral da política externa brasileira: perfil da produção bibliográfica. Revista Brasileira de Política Internacional nº 45, 2002, p. 26-45.

¹⁶¹ JORNAL DO BRASIL. “Subdesenvolvidos temem que Brasil mude na Conferência do Comércio.” 03.04.1964, p.13.

¹⁶² VIZENTINI, op. cit., p. 43.

conjuntos com o governo norte-americano. Silva chega a essa conclusão ao configurar a política externa do governo castelista amparada no binômio segurança e desenvolvimento.

Além da participação ativa na I UNCTAD, em que onde clama por reformas no comércio internacional, o padrão de voto do Brasil na AG da ONU durante esses três anos de governo Castello Branco é bem semelhante ao do período anterior.

O livro de autoria de Wayne Selcher é ponto de passagem obrigatório pelo conteúdo analítico e análise que faz do comportamento brasileiro em organismos internacionais. Originalmente tese de doutorado, *Brazil's Multilateral Relations: between First and Third Worlds*, como o título indica (“Relações multilaterais do Brasil: entre o Primeiro o Terceiro Mundo), parte do pressuposto de que categorias comumente utilizadas para indicar a inserção do Brasil no sistema internacional, sobretudo a década de 1970 – América Latina, Terceiro Mundo, países não-alinhados, relações Leste-Oeste ou Norte-Sul –, são pouco úteis para compreender os reais interesses e posições assumidas pelo país, que se percebe como potência média e busca no período maior proeminência no cenário internacional.

O governo brasileiro não é do Primeiro e tampouco quer ser considerado do Terceiro Mundo e, segundo Selcher, tem uma visão marcadamente instrumental dos contatos multilaterais, vendo-os como uma via para, de um lado, melhorar a posição na hierarquia internacional e exercer maior peso nos processos decisórios e, de outro, fazer avançar os relacionamentos bilaterais pela cooperação tática com determinados países ou grupo de países. Estudando o padrão do voto do Brasil na ONU, o autor confronta o nível discursivo oficial da política externa brasileira com os reais limites práticos, demonstrando que resulta daí uma política “com grande visibilidade em certos temas multilaterais técnicos e econômicos, como direito do mar, comércio, transporte marítimo, e de exposição mínima em questões mais controversas, como os da África austral e do Oriente Médio”¹⁶³.

Selcher acredita que, embora em certos momentos o Brasil adote discursos mais radicais, as dinâmicas de constituir-se em país grande e industrializado impedem de agir como perturbador da ordem internacional.

¹⁶³SELCHER, Wayne. A. *Brazil's multilateral relations*. Between First and Third Worlds. Boulder: Westview Press, 1978.

As conclusões do autor vão no sentido de classificar o Brasil como país ambíguo, justamente por ao mesmo tempo possuir uma das maiores economias do mundo e ter indicadores sociais péssimos. Ao analisar o padrão de voto do Brasil nos anos do governo Castello Branco, não há grandes alterações em favor de votos compatíveis com os Estados Unidos. Embora fosse visto com desconfiança pelos vizinhos, o Brasil “pode ser considerado um país latino-americano no que diz respeito ao voto na AG”.¹⁶⁴

Em outubro de 1964, ao trocar o embaixador brasileiro nas Nações Unidas, o chanceler Vasco Leitão da Cunha anunciou que o Brasil não tinha motivos para mudar o comportamento na organização. Vasco comunicou ao novo embaixador, Sette Câmara, que o “Brasil não tem motivos suficientemente convincentes para mudar os métodos e orientação praticadas pelos seus antecessores”. Afirmou ainda que o Brasil iria procurar exercer a liderança no hemisfério e que promoveria a democracia. O antigo representante brasileiro na ONU, embaixador Geraldo Silos, apenas mudava de posto e voltava ao Brasil para assumir a chefia da Secretaria-Geral Adjunta para Organismos Internacionais.

Em 18 de Novembro de 1966, o Brasil obteve pela quinta vez na história um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, embora esse papel viesse a ser desempenhado pelo governo subsequente do general Costa e Silva. É importante ressaltar, entretanto, que o país obteve 114 dos 119 votos, indicando grande consenso do nome do Brasil. Dificilmente um país encarado pelos pares do sul como aliado irrestrito dos Estados Unidos obteria tamanho apoio, visto que o período era marcadamente de ascensão da posição terceiro-mundista.

O discurso proferido pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha por ocasião da abertura da XIX AG contém elementos acima mencionados. Cabe, entretanto, considerar o tema da descolonização como o mais delicado para a política externa do governo militar de 1964. O chanceler fala na AG que apoia a descolonização, desde que “seja feita nos limites legais e por meios pacíficos”¹⁶⁵. Isso significava que, embora reconhecesse certos laços de amizade com os países africanos, sobretudo as colônias portuguesas, o país recuava no discurso e na prática de apoiar a descolonização.

¹⁶⁴ Idem, p. 49.

¹⁶⁵ SILVA, op. cit., p. 109.

A prática pode ser observada pelo padrão de voto na ONU. Aqui, demonstra Selcher, há claro recuo em relação à PEI. Nesse campo, o Brasil praticamente se isolava do Terceiro Mundo e votava com os países coloniais mais ferrenhos, como Portugal, a quem se considerava ligado por laços de amizade e fraternidade.

Tal ressalva não indica que o país adotou uma política subordinada aos EUA, pois mesmo os americanos eram favoráveis à descolonização e possuíam padrão de voto mais próximos das ex-colônias do que o próprio Brasil.

Embora mais discreto no discurso, menos ideológico e panfletário, o Brasil de Castello Branco continuava buscando maior autonomia na ONU por meio de incentivo aos programas ligados ao desenvolvimento. A política externa anterior, nesse sentido, só pode ser considerada mais enfática, não diferente. O padrão de voto, a manutenção de proeminentes diplomatas da PEI em postos-chave e a atuação brasileira na I UNCTAD reforçam o argumento.

CONCLUSÃO

A trajetória esboçada na introdução chega ao fim agora com essa conclusão. As perguntas levantadas foram respondidas de forma parcial ao longo do desenvolvimento da dissertação. Retomaremos essas respostas agora em seu conjunto. Antes, faremos um breve resumo do que aconteceu no período.

Com a revogação do Ato Adicional nº 4, que instaurou o regime parlamentarista no país, Jango ganhou poderes e prerrogativas de um presidente da República. No entanto, essa decisão somente fez aumentar o sentimento de inquietação de parte de setores da elite brasileira. Os empresários nacionalistas e de capital associado sentiram que a aliança que vinha desde o governo JK havia desaparecido e que o novo governo dava ênfase à classe trabalhadora.

Estavam em jogo nesse momento dois projetos nacionais nitidamente distintos. É justamente por disputarem quem ditaria as regras que o golpe de 31 de março de 1964 acabou ocorrendo. Era a disputa entre dois projetos nacionais e antagônicos com personagens conhecidos e ideias diferentes.

Além dessa disputa, os militares de alta patente sentiram-se incomodados com o projeto esquerdista por dois motivos: o amplo apoio do movimento sindical a Jango e a quebra de hierarquia ocorrida em alguns episódios marcantes. Para eles, o presidente privilegiava os sargentos em relação à cúpula militar.

Jango governou por um ano e dois meses, antes de sofrer o golpe. Esse período foi marcado por escassez energética, greves de trabalhadores e, sobretudo, de acaloradas discussões políticas sobre temas controversos, tais como reforma agrária e criação de uma Constituinte.

A turbulência política oriunda do governo Goulart levou esses grupos a praticar o golpe de 31 de março de 1964, e a partir daí a executar as ações de política externa. Esse grupo era formado por empresários capitalistas e militares de alta patente, além de vários intelectuais e políticos de direita identificados com esses setores.

O Brasil adotou dois comportamentos distintos dentro e fora do continente. Nas Américas, os interesses brasileiros ficaram restritos a questões de segurança e muitas das ações do governo provocaram fissuras entre o relacionamento do país com os vizinhos. Nesse sentido, o Brasil se alinhou mais de perto com os EUA.

A preocupação em afastar a ideologia comunista do hemisfério ocidental foi manifestada pelo apoio brasileiro à intervenção norte-americana na República Dominicana e na proposta frustrada de criar uma Força Interamericana de Paz Permanente. Somente se pode entender esse comportamento ao levar em conta as diretrizes geopolíticas que o novo governo seguia, sobretudo aquelas criadas no âmbito de estudos da Escola Superior de Guerra, tendo em Golbery do Couto e Silva o maior teórico.

Seguindo essa lógica de percepção de perigos ao entorno, o Brasil adotou na ONU, em especial, comportamento muito semelhante ao do período anterior. Nas Nações Unidas, o país continuava se preocupando com assuntos ligados à economia, comércio e questões sociais e posicionava-se mais como um país do Sul do que como pertencente ao grupo capitalista ocidental. As diferenças percebidas pelo governo no âmbito Norte-Sul são nítidas na posição brasileira durante a I UNCTAD. Além disso, as relações com os países europeus e asiáticos foram considerados de menor importância para o governo Castello Branco, justamente por se encontrarem em zonas que não ofereciam grande risco à segurança do país. A exceção foi a África, continente com que o Brasil adotou política ambígua de aproximação e de rejeição aos movimentos colonialistas praticados com violência, especialmente oriundos da África portuguesa.

Na ONU, por outro lado, além do ativismo no G-77, o Brasil conservou alguns diplomatas claramente identificados com a política externa do governo anterior, como o próprio Araújo Castro, chefe da delegação brasileira.

Se, por um lado, buscava o governo brasileiro apoiar os EUA e servir de aliado preferencial nas questões hemisféricas, por outro procurava inserir-se no campo de nações do Sul que buscavam maior desenvolvimento econômico. O comportamento ambíguo demonstrado nas duas esferas geográficas somente pode ser entendido se analisados em conjunto com a noção de geopolítica que os militares possuíam.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos*. Secretaria de Imprensa. Anos 1964, 1965, 1966 e 1967.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Secretaria de Imprensa. Anos 1966, 1967.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto mar (Depoimento prestado ao CPDOC)*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias. (Depoimento prestado ao CPDOC)*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Textos e declarações sobre política externa*. (de 1964 a 1967).

SENADO FEDERAL. *Atuação parlamentar*. Anos 1964-1967.

PERIÓDICOS

A Folha de S. Paulo, anos 1964-1967.

O Estado de S. Paulo, anos 1964-1967.

Jornal do Brasil, anos 1964-1967.

O Globo, anos 1964-1967.

Correio da Manhã, anos 1964-1967.

Revista Brasileira de Política Internacional, anos 1964-1966.

Política Externa Independente, volumes 1, 2 e 3.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica do Brasil*. São Paulo: Senac, 2001.

ARRUDA, Antônio. *ESG: história de sua doutrina*. São Paulo: GRD, 1980.

ALBULQUERQUE, José; SEITENFUS, Ricardo; Castro Sergio (Orgs). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

BARBOSA, Antônio José. *O Parlamento e a política externa brasileira (1961-1967)*. Tese (Doutorado em Relações Exteriores), Universidade de Brasília, 2000.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. *Desafio inacabado: a política externa de Jânio Quadros*. São Paulo: Atheneu, 2007.

BREDA DOS SANTOS, Norma. A dimensão multilateral da política externa brasileira: perfil da produção bibliográfica. *Revista Brasileira de Política Internacional* n°. 45, 2002, p. 26-45.

CARONE, Edgar. *A república liberal: evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difusão Editorial, 1995.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964: a queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

CERVO, Amado. Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª. ed. Brasília: EdUnB, 2008.

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CÔRREA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Os documentos liberados pela biblioteca Lindon Johnson. Universidade do Texas. Porto Alegre: L&PM, 1977.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

COX, Robert. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *International political economy – understanding global disorder*. Canada: Fernwood Books, 1995.

DANTAS, Santiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DEQUADRA, Daniel Rótulo. *Geopolítica, política externa e pensamento militar brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990)*. Dissertação (Mestrado em Relações Exteriores), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1991.

DULLES, John. *Castelo Branco: o presidente reformador*. Brasília: UnB, 1983.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

_____. RENOUVIN, Pierre. *Introdução à história das relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, Fernanda de Moura. *De golpe a golpe: política externa e o regime político no Brasil e no Chile (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em Relações Exteriores), Universidade de Brasília, 2007.

FREITAG, Barbara. *A Teoria Crítica ontem e hoje*. 4ª ed. Brasília: Brasiliense, 1993.

FICO, Carlos . *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 2000.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO, Shiguenoli. *Os militares na política externa brasileira*. Estudos Históricos, v. 6, nº. 12, p. 211-46, 1993.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACKSON, Robert, SORENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Senac, 2008.

MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira da década 64/74. Estudos Cebrap (12), junho 1975.

MARTINS, Estevão. O problema da objetividade nas ciências sociais. Revista Brasileira de Filosofia. v. 34, p. 147-72, 1984.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Antônio. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MYIAMOTO, Shiguenoli. *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico (geopolítica e política externa pós-64)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, 1985.

NETO, Lira. *Castelo: A marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

PINHEIRO, Leticia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, v. 22, n°. 2, 2000.

PEIXOTO, Renato Amado. *Terra sólida: da geopolítica brasileira e da Escola Superior de Guerra na política externa do governo Castelo Branco*. Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

PUTNAM, Robert D. *Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games*. EVANS, Peter, PUTNAM, Robert (Orgs.) *Double-edged diplomacy: international bargaining and domestic politics*. Los Angeles: University of California Press, 1993.

RAPPOPORT, Mario & LAUFER, Ruben. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. In *Revista Brasileira de Política Internacional* n°. 43, p. 69-98.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas. *Ciências & Letras*, n° 21-2, p. 115-172, 1998.

_____. (Dir.) *Foreign policy and political regime: history and theory*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (Ibri), 2003, v. 1.

SATO, Eiti. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 41, n° especial, 1998, p. 8-28.

SELCHER, Wayne. A. *Brazil's multilateral relations. Between first and third worlds*. Boulder: Westview Press, 1978.

SILVA, André. *A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento: a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *História da república brasileira. O golpe de 64*. São Paulo: Três, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

STEPAN, Alfredo. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TRACHTENBERG, Marc. *The craft of international history: a guide to method*. Oxford: Princeton Univ. Press, 2006.

VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2007, vol. 29, n. 2, p. 273-335.

VIZENTINI, Paulo. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

_____. *Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.